

RELATÓRIO E CONTAS

/ ANNUAL
REPORT

2016



BANCO SOL

O banco de todos nós



BANCO SOL

O banco de todos nós

ÍNDICE

06

MENSAGEM
DO PCA

08

SÍNTESE DOS
RESULTADOS

10

O BANCO SOL

24

ENVOLVENTE
ECONÓMICA E
FINANCEIRA

28

SÍNTESE DE
ACTIVIDADES DAS
PRINCIPAIS ÁREAS
DE NEGÓCIO

40

ANÁLISE
FINANCEIRA

49

PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

50

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

122

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL

123

PARECER DO
AUDITOR EXTERNO



Diversificar é o contrário de aplicar todos os recursos num único activo ou investimento.



1.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Prezados accionistas,

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o ano de 2016 foi marcado, tal como no ano que lhe antecedeu, pela procura de soluções para que a economia recupere da crise.

A persistência do preço das matérias-primas energéticas em níveis relativamente baixos determinou uma deterioração do desempenho económico, nomeadamente o agravamento da inflação, um défice orçamental de quase 6% do PIB, escassez de divisas e, segundo o FMI, uma contracção do PIB em relação ao ano anterior.

O recurso ao crédito, por parte do Tesouro, destacou-se como principal instrumento para colmatar a quebra das receitas petrolíferas colocando um volume significativo de títulos no mercado primário. A média mensal de emissão de Bilhetes de Tesouro atingiu o seu valor máximo em 2016 desde o início da série histórica de 2008.

Para o Banco Sol, o ano de 2016 foi exigente e ao mesmo tempo de reforço do nosso projecto. O Banco procurou consolidar-se de forma estruturante, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para o desenvolvimento económico, estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

A actividade do Banco Sol e a conduta dos seus Colaboradores em 2016, pautou-se pelo rigor, profissionalismo, competência técnica e diligência, tendo em vista alcançar maiores níveis de qualidade e eficiência económica e financeira através da adopção das melhores práticas bancárias e financeiras.

Foi desta forma que o Banco conseguiu proteger a sua saúde financeira (solvência, liquidez e rentabilidade) em resposta às necessidades geradas pelo novo contexto económico e do sector financeiro.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, as contas apresentadas pelo Banco, referente ao exercício de 2016, estão de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas IAS/IFRS, conforme Aviso nº 6/2016, de 22 de Junho do BNA.

Apesar do cenário desafiante, o Banco atingiu um Resultado Líquido de 55,6 milhões de USD, o mais elevado de sempre. Para o resultado obtido, muito contribuiu o crescimento de 27,9% do Produto da Actividade Bancária, beneficiando da evolução da Margem Financeira.

Tanto os rácios de Solvabilidade (11,5%), como de Rentabilidade (2,5%, o ROAA e 35,1%, o ROAE)

apurados no final de 2016, demonstram o caminho sustentável que o Banco está a seguir e reforçam, de forma decisiva a sua solidez, constituindo a base para preservar a sua posição no mercado financeiro angolano e o seu papel no apoio às famílias e às empresas. O Activo Total Líquido cresceu 21,4% em relação a 2015, enquanto a carteira de Crédito do Banco já representa 5,1% da quota de mercado. Os Recursos de Clientes cresceram 4,8% em relação ao ano anterior.

O número de Clientes aumentou para aproximadamente 574 mil no final de 2016 (487 mil, em 2015), acompanhado pelo efectivo de Colaboradores que subiu para um total de 1.492 no final de 2016 (1.476, em 2015) e para um alargamento da Rede de Distribuição que dispunha no final de 2016 de 196 balcões (184, em 2015).

No âmbito da internacionalização do Banco na Namíbia (SOLBANK) e em Portugal (BANCO SOL EUROPA), diversas delegações do Banco deslocaram-se em 2016 àqueles países e foram estabelecidos vários contactos, especialmente com as autoridades supervisoras, visando a preparação da abertura das referidas instituições financeiras.

A nível da Responsabilidade Social, o Banco continuou a afirmar o seu compromisso com a sociedade. A FUNDAÇÃO SOL, num quadro de aproximação às comunidades, tem desenvolvido a sua estratégia, centrando preferencialmente a sua intervenção em iniciativas de âmbito social, cultural e educacional, cuja missão assenta em acções de sustentabilidade e desenvolvimento.

Gostaria de agradecer, em nome do Conselho de Administração, o esforço de todos e aqui incluímos os nossos Clientes, Fornecedores e Prestadores de Serviços, Autoridades Governamentais e de Supervisão (BNA), Accionistas e Colaboradores, a confiança que em nós depositaram, garantindo que tudo faremos para reafirmar o Banco Sol de forma mais prudente na gestão dos riscos, uma instituição sólida, transparente na informação prestada, sustentável e de referência no mercado bancário angolano.

Coutinho Nobre Miguel

Presidente do Conselho
de Administração

2. SÍNTESE DOS RESULTADOS E DOS PRINCIPAIS INDICADORES

(Valores monetários expressos em AKZ'000 Kwanzas)

	Dezembro 2016	Dezembro 2015
A. Balanço		
Activo total (líquido)	396 782 595	326 838 289
Crédito a clientes	189 006 233	99 732 496
Recursos de clientes e outras responsabilidades	298 769 981	285 126 654
Investimentos detidos até à maturidade	75 729 482	127 748 844
Fundos próprios I	29 834 149	23 203 111
Capitais próprios	29 652 689	22 828 270
B. Actividade		
Margem financeira	31 302 306	24 432 203
Resultados cambiais	107 768	(3 212 058)
Resultados de prestação de serviços financeiros	6 818 231	7 966 017
Produto da actividade bancária	37 596 079	29 403 952
Resultado antes de impostos de operações em continuação	9 570 170	7 926 298
Resultado líquido do exercício	9 223 207	7 331 213
Cash Flow	15 453 652	11 960 782
C. Rendibilidade		
Rendibilidade dos Activos Totais Médios (ROAA)	2,5%	2,5%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROAE)	35,1%	36,3%
D. Solvabilidade		
Rácio de solvabilidade 2	11,5%	17,4%

	Dezembro 2016	Dezembro 2015
E. Qualidade do Crédito		
Crédito vencido (+90 d)/Crédito sobre clientes (em %)	2,0%	2,0%
Cobertura do crédito vencido por provisões (em %)	470,0%	419,0%
F. Rede de Distribuição, Colaboradores e Clientes		
Número de balcões	196	184
Número de colaboradores	1 492	1 476
Número de clientes	573 802	487 033
G. Produtividade, Eficiência e Crescimento		
Cost-to-income 3	63,5%	63,0%
Produto bancário/Nº de colaboradores	25 198	19 921
Nº de colaboradores/Nº de balcões	8	8
Número de TPA	9 460	6 767
Número de ATM	322	281
Número de cartões MULTICAIXA	507 248	399 909
Número de cartões VISA	62 228	57 695
Número de aderentes ao SOLNET	38 742	34 443
Número de aderentes ao SOLSMS	119 996	109 463
H. Stock e Valor Unitário de Acções		
Número de acções	3 550 000	3 550 000
Valor unitário	8 352,87	6 430,50

1) Calculado de acordo com as regras do BNA-Banco Nacional de Angola (Aviso nº04/2007)

2) Fundos próprios sobre o total dos activos ponderados pelo risco (Aviso nº05/2007 do BNA)

3) Custos de estrutura/Produto bancário

Investir em diversos sectores
é prevenir-se de grandes prejuízos.



3. O BANCO SOL

3.1. Estrutura Accionista e Organização

Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 2016, o Capital Social do Banco Sol, no valor de 5.000.033 mil kwanzas, estava repartido pelas seguintes empresas e particulares:

Posições Accionistas no Capital Social do Banco Sol

Modelo de governação

O modelo de governação do Banco Sol está estabelecido nos seus Estatutos e está em conformidade com os Avisos nº1/2012 de 16 de Janeiro (entrada e saída de moeda nacional e estrangeira), Aviso nº02/2013 de 19 de Abril (controlo interno) e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 12/2015 de 17 de Junho).

ACCIONISTAS	Nº DE ACCÕES DETIDAS	% DO CAPITAL DETIDO
Sansul	1.810.500,00	51,00%
Fundação Lwini	355.000,00	10,00%
António Mosquito	224.715,00	6,33%
Sociedade Comercial Martal, Lda	192.410,00	5,42%
Azury	192.410,00	5,42%
Noé Baltazar	192.410,00	5,42%
A P Santos	192.410,00	5,42%
Outros Accionistas	390.145,00	10,99%
	3.550.000,00	100%
Capital Social	5.000.033.000	
Valor nominal por acção	1.408,46	

3.1. Estrutura Accionista e Organização

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2016, a composição dos Órgãos Sociais do Banco Sol era a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente	Coutinho Nobre Miguel
Administradores (Executivos)	António Manuel Graça
	Carla Marina Van-Dúnem
	Gil Alves Benchimol
	Ana Edite Teles Carreira

Mesa da assembleia Geral

Presidente	Mário Sequeira de Carvalho
Vice-Presidente	Manuel Pinheiro Fernandes
Secretário	Francisco Domingos Furtunato

Conselho fiscal

Presidente	Júlio Marcelino Bessa
1º Vogal	Noé José Baltazar
2º Vogal	Eduardo Jorge Santana

Criada em Abril de 2015, a Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Conselho de Administração tinha em 31 de Dezembro de 2016 a seguinte composição:

Comissão de Supervisão e Acompanhamento do Conselho de Administração

Presidente	Manuela de Ceita Carneiro
Membros	Mariano bernadino Machado
	Manuel João Neto

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos os sócios quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Conselho de Administração é o órgão de governo do Banco competindo-lhe, nos termos da lei e dos estatutos, os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade.

O Conselho de Administração dispõe de uma Comissão de Supervisão e Acompanhamento (informação, assessoria e proposta), não tendo esta Comissão poder de decisão.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais efectivos, reúne-se trimestralmente e sempre que for convocado pelo seu Presidente ou requerido pelos seus membros.

O Banco conta com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria às contas anuais do Banco e cuja nomeação é feita de quatro em quatro anos pelo Conselho de Administração.

Administradores Executivos e Directores

Administradores Executivos

Pelouro Comercial e Fiscal



Dr. Coutinho Nobre Miguel

Presidente do Conselho de Administração

DAI - Direcção de Auditoria Interna

DGE - Direcção de Grandes Empresas e Particulares

DPM - Direcção de Pequenas, Médias Empresas e Particulares

DPB - Direcção de Private Banking

Pelouro Administrativo



Dra. Ana Edite Teles Carreira

Administradora do Conselho de Administração

DPE - Direcção de Pessoal

DCP - Direcção de Compliance

DPS - Direcção de Património e Serviços

DMK - Direcção de Marketing e Comunicação

Pelouro Organizacional e Legal



Dr. António Manuel Graça

Administrador do Conselho de Administração

GSE - Gabinete de Segurança

DJU - Direcção Jurídica

DDI - Direcção de Desenvolvimento Institucional

DNI - Direcção de Desenvolvimento de Negócios Internacionais

Pelouro Operacional



Dra. Carla Marina Campos Van-Dúnem

Administradora do Conselho de Administração

DRC - Direcção de Risco

DMC - Direcção de Microcrédito

DGR - Direcção de Gestão e Recuperação de Crédito

DCE - Direcção de Crédito

DPC - Direcção de Processamento de Crédito

DBI - Direcção de Banca de Investimentos

Pelouro Financeiro



Dr. Gil Alves Benchimol

Administrador do Conselho de Administração

DFI - Direcção Financeira

DBE - Direcção de Banca Electrónica

DOP - Direcção de Operações

DCO - Direcção de Contabilidade

DTI - Direcção de Tecnologia e Sistema de Informação

3.1. Estrutura Accionista e Organização

Direcções

Direcção de Grandes Empresas e Particulares
Sra. Teresa Pitra

Direcção de Pequenas, Médias Empresas e Particulares
Sr. Dário Airosa

Direcção de Crédito
Sra. Eliana Matondo

Direcção de Contabilidade
Sr. Edson Costa

Direcção Financeira
Sra. Ana Dessai

Direcção de Operações
Sra. Irene Cussola

Direcção de Património e Serviços
Sra. Idatina Brieffel

Direcção de Pessoal
Sr. Teófilo Cauxeiro

Direcção de Microcrédito
Sr. Esmeraldo Cerca

Direcção de Tecnologia e Sistemas de Informação
Sr. João Ribeiro

Direcção de Marketing e Comunicação
Sra. Alice Ebo

Direcção de Gestão e Recuperação de Crédito
Sra. Maria Celeste Teixeira

Direcção de Banca Electrónica
Sra. Leticia Alfredo

Direcção de Processamento de Crédito
Sra. Tatiana Gouveia Neves

Direcção de *Private Banking*
Sra. Albertina Cerca

Direcção de Banca de Investimentos
Sr. João Gonçalves

Direcção Jurídica
Sra. Paula Tavares

Direcção de Desenvolvimento de Negócios Internacionais
Sra. Mariana Fernandes

Direcção de Auditoria Interna
Sr. Gerson Diniz

Direcção de Compliance
Sra. Glicínia de Castro Lélis

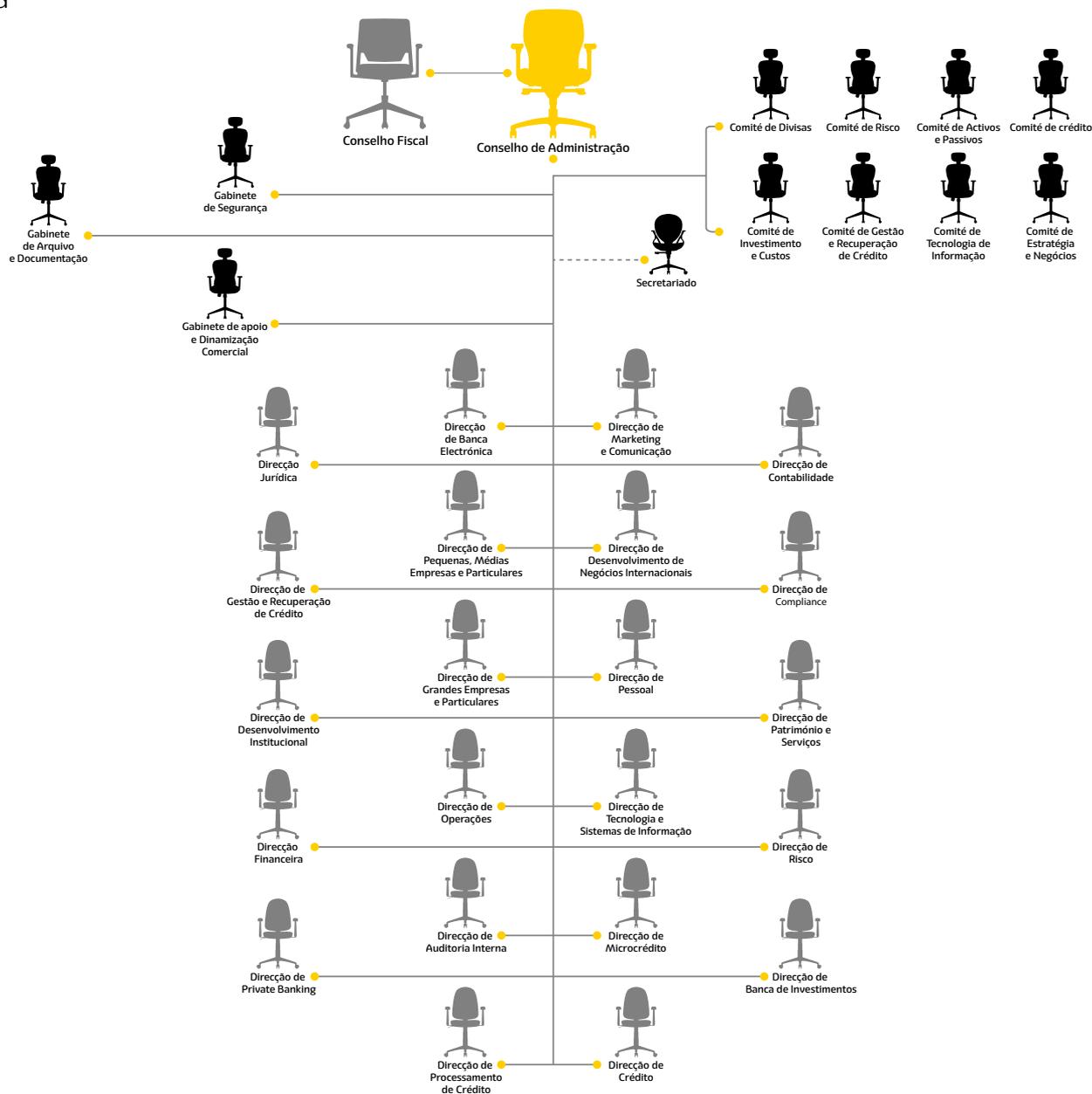
Direcção de Risco
Sr. Yuri Dias

Gabinete de Arquivo e Documentação
Sra. Graziela de Almeida

Gabinete de Apoio e Dinamização Comercial
Sra. Núria Almeida Nascimento

Gabinete de Segurança
Sr. Joaquim Kaxinga

Organigrama



3.1. Estrutura Accionista e Organização

Política de remunerações

No cumprimento do disposto no n.º 3, alínea d), ponto i), do Art.º 22.º do Aviso do Banco Nacional de Angola n.º01/2013 de 22 de Março, divulgamos que as remunerações auferidas no exercício de 2016 pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal Órgãos do Banco, ascenderam a 290 milhões de Kwanzas.

Temos que transformar
a diversificação em
acções concretas.



3.2. Missão, Estratégia e Valores



Missão

A missão do Banco Sol consiste em contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento económico nacional, num quadro de evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, acompanhado por uma prudente gestão dos riscos. Criar valor para os seus Clientes através da comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado, observando contudo, rigorosos padrões de conduta e responsabilidade e, ao mesmo tempo, crescer com rentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atractivo aos Accionistas.

Embora o objecto social do Banco Sol contemple uma gama universal de serviços financeiros clássicos e a retalho, desde o início da sua actividade, em Outubro de 2001, o microcrédito tem sido um dos pilares estratégicos que tem norteado a actividade do Banco Sol, tendo em vista sempre, o seu contributo para o desenvolvimento económico e social de Angola. Este continua, e continuará a ser, sem dúvida, um dos aspectos da nossa missão.



Estratégia

Atendendo à sua missão, as principais linhas estratégicas do Banco passam pelos seguintes processos:

- contribuição empenhada para o relançamento da bancarização da economia angolana;
- aprofundamento do enfoque nos negócios core (microcrédito e retalho), através da crescente implantação geográfica no país;
- manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os Clientes;
- promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- valorização, motivação e compensação dos nossos Colaboradores, criando-lhes perspectivas de desenvolvimento de carreira atraentes;
- exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias;
- melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez financeira do Banco;
- equacionar a nossa presença em mercados internacionais e procura de novos nichos de actividade;
- preparação antecipada de respostas adequadas e oportunas a desafios e obstáculos futuros.



Valores

Neste quadro, a relação do Banco Sol com os Clientes é sustentada por uma base de confiança, isto é, qualquer negócio ou operação bancária se pauta por padrões éticos eficazes e de responsabilidade, tendo sempre presente as expectativas e necessidades dos Clientes. O Banco Sol é um Banco universal decidido a criar valor em todos os segmentos de mercado, procurando desta forma marcar a sua presença pela qualidade, excelência e inovação na distribuição dos seus produtos e serviços financeiros. Por outro lado, a transparência e comunicação junto dos Clientes para que estes tomem as suas decisões de uma forma clara e simples, sustentam a relação entre aqueles e o nosso Banco. Reconhecendo a importância dos Colaboradores para a sustentabilidade do Banco, o investimento na formação e nos programas de desenvolvimento, como forma de se obterem novas valências e desempenhos de excelência, constituirá sempre um dever e compromisso do Banco no sentido de mantê-los motivados e focados numa visão comum em torno da nossa instituição. Os traços gerais da cultura do nosso Banco são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a rigorosa administração de riscos e a segura criação de valor.

3.3. Responsabilidade Social e Fundação Sol

A estratégia do Banco Sol visa promover uma cultura de Responsabilidade Social desenvolvendo acções para e com vários grupos da sociedade civil, visando directa ou indirectamente contribuir para o desenvolvimento social da população.

Tal como em anos anteriores, em 2016 o reflexo deste posicionamento ficou patente no desenvolvimento de diversas iniciativas através da FUNDAÇÃO SOL, da qual o Banco Sol é Membro Fundador. É neste quadro de aproximação à comunidade que tem desenvolvido a sua política de Responsabilidade Social, centrando preferencialmente a sua intervenção em iniciativas de âmbito social, cultural e educacional.

Assim, na área de Apoio Social e Comunitário, a FUNDAÇÃO SOL alicerçou o seu apoio a organizações sem fins lucrativos e a particulares, nomeadamente as seguintes:

PROJECTO SOCIAL COACH PEMBA, integração de crianças e adolescentes de rua;

APOIO CENTRO BJC - crianças e mães seropositivas (Zango);

Projecto “Canguimbu Ananaz”, aconselhamento familiar a toxicodependentes;

Festas de Natal 2016, com Instituições de Caridade em Cacuso e Malange.

Na área da Saúde, merece destaque o apoio que a FUNDAÇÃO SOL concedeu ao longo do exercício de 2016, contribuindo desta forma, para a melhoria significativa da eficácia do tratamento de crianças e adultos mais fragilizados. As instituições e/ou organizações beneficiadas, entre outras, foram as seguintes:

HOSPITAL MUNICIPAL DE VIANA KAPALANGA, aquisição de medicamentos e bens diversos;

ISABELLA NETO, intervenção cirúrgica no estrangeiro (Hidrocefalia Bilateral);

Apoio Financeiro a António José Quipungo para tratamentos de hemodiálise;

ROSA ROQUE DOS SANTOS, apoiando tratamentos de hemodiálise.

No âmbito Cultural e do Desporto, o empenho da FUNDAÇÃO SOL está reflectido em múltiplas iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2016. Foi privilegiado o apoio a actividades e instituições que promovam a preservação da identidade e do progresso cultural do País e o incentivo à prática desportiva. Entre os vários apoios concedidos destacamos os seguintes:

GALA ANGOLA MUSIC AWARD 2016, promoção da música produzida em Angola;

Apoio a Obra Literária - ILN - Instituto Línguas Nacionais;

CARNAVAL DE LUANDA E DE MALANGE - edição 2016.

Os apoios concedidos revelaram-se fundamentais para a realização dos projectos e programas destas entidades que, constituem exemplos de tenacidade e empenho na resolução dos problemas sociais e de saúde dos seus associados e da comunidade em geral.

A função social foi sempre entendida pelo Banco Sol como componente fundamental da sua missão. No âmbito da sua responsabilidade social corporativa, o Banco Sol, desde a sua fundação, implementou um plano de acções no sentido de aumentar de forma muito significativa o seu impacto junto das populações mais carenciadas, com especial ênfase nos mais jovens e desfavorecidos e de forma mais sustentada no tempo e geograficamente mais abrangente.

3.4. Principais acontecimentos de 2016

Em 2016, na sequência da estratégia definida pelos accionistas e Conselho de Administração do Banco Sol, tendo igualmente em vista o posicionamento do Banco no mercado nacional e a sua internacionalização, foram desenvolvidas diversas actividades internamente e no estrangeiro.

Com efeito, entre os diversos acontecimentos que marcaram o ano de 2016 merecem ser enfatizados, pelo seu significado, os seguintes:

- Expansão da rede comercial do Banco com a abertura em 2016, de doze (12) novos balcões;

- Tendo em vista a abertura do SOLBANK na Namíbia, durante o ano de 2016, várias delegações do Banco Sol participaram em diversas reuniões naquele País. Importa realçar que o processo está bem encaminhado, o que nos leva a crer que em 2017 o SOLBANK será uma realidade;

- No âmbito da internacionalização do Banco, uma delegação do BANCO SOL chefiada pelo Excelentíssimo. Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Coutinho Nobre Miguel, deslocou-se a Portugal onde manteve diversos

encontros com empresas e escritórios de Advogados no sentido de preparar as negociações para a criação do BANCO SOL EUROPA;

- Com o apoio da Embaixada de Angola nos Emirados Árabes Unidos, remetemos informação sobre o interesse do BANCO SOL em procurar parceiros internacionais com disponibilidade de fundos para o fomento e promoção empresarial, nomeadamente nas áreas de Hotelaria e Turismo;

- Participação na 1ª Conferência Provincial da Lunda Sul sob o lema “Empoderamento Económico da Mulher-Fundamento para a Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável”;

- Participação na Feira Agrícola Big Iron em West Fargo, North Dakota (Estados Unidos da América);

- Celebração do Protocolo de parceria entre BANCO SOL, Cooperativa Agrícola KUZU e a ONG-SOS – CEDIA com investimento do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África);

- Assinatura do Contrato formal entre o BANCO SOL e a BODIVA;

- Constituição das empresas SOL SEGUROS e SOL VIAGENS;

- Assinatura do Protocolo entre o BANCO SOL e a Caixa dos Professores.

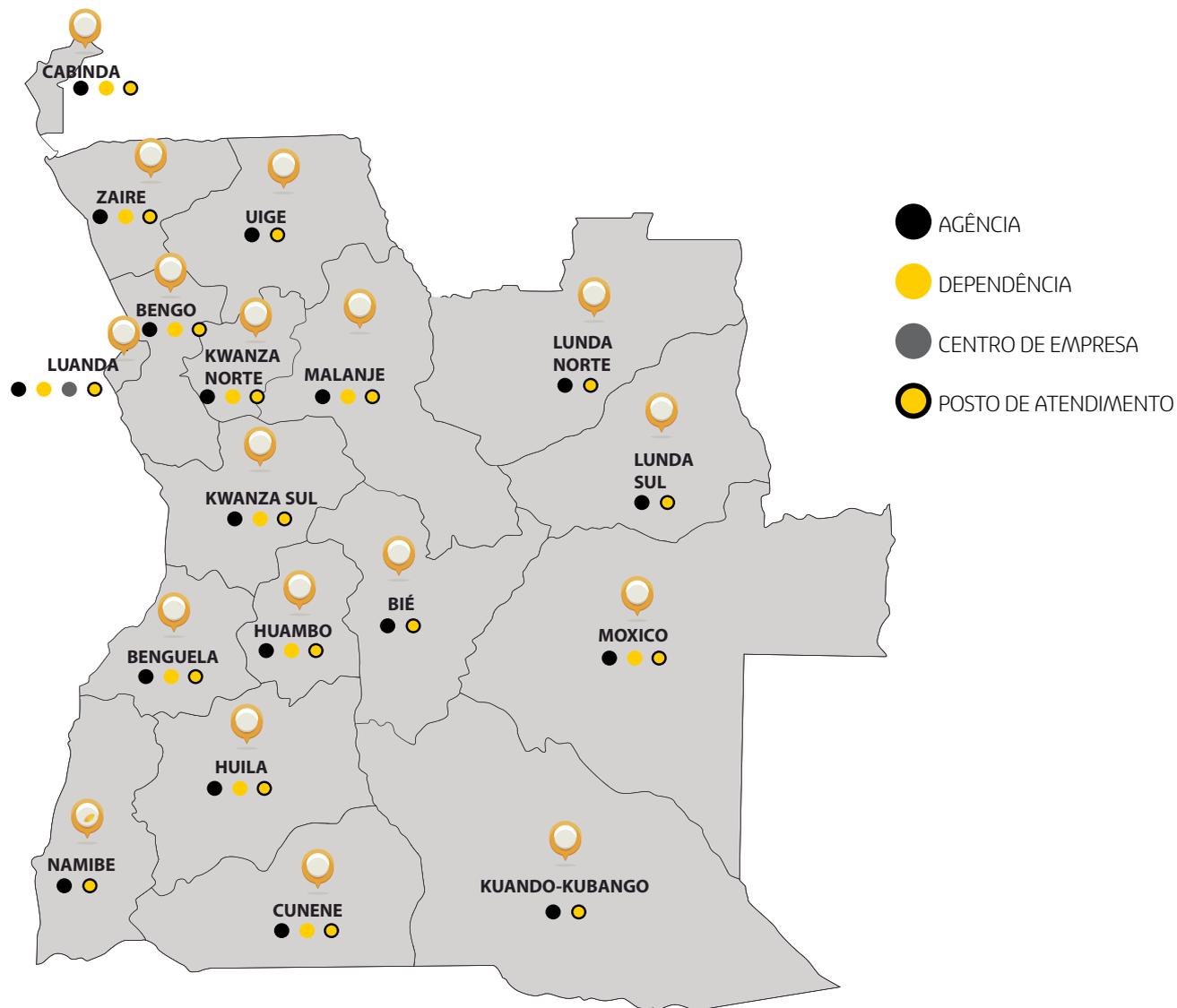
Mês	Abertura de agências
Janeiro	No dia 04, abertura do Caixa Avançado na Embaixada do Brasil em Luanda
	No dia 18, abertura do Posto do Clese do Golf em Luanda
Março	No dia 11, abertura da Dependência de Fútil em Cabinda
Maior	No dia 20, abertura do Posto do Clese do Kilamba em Luanda
	No dia 25, abertura da Dependência do Projecto Morar em Luanda
	No dia 27, abertura da Dependência do Massango em Malange
Junho	No dia 17, abertura do Posto da Aldeia de Kaxicane no Bengo
Julho	No dia 01, abertura da Agência do Gamek em Luanda
Setembro	No dia 16, abertura da Agência do Lar Patriota em Luanda
Novembro	No dia 15, abertura do Posto do Clese do Golf I em Luanda
	No dia 18, abertura da Agência do Condomínio Bela Vista em Luanda
Dezembro	No dia 09, abertura da Agência no Bussiness Park do Cacuaco em Luanda

3.5. Alterações Regulamentares

Em 2016, e na sua qualidade de regulador e supervisor do sistema financeiro, o Banco Nacional de Angola (BNA) emitiu novos Avisos, Directivas e Instrutivos, dos quais destacamos os seguintes:

Mês	Legislação	Conteúdo
Abril - 2016	Directiva nº 01/DRC/2016, de 18 de Abril	Reporte estatístico das reclamações dos Clientes
Maió - 2016	Directiva nº 01/DSP/2016, de 11 de Maio	Reservas obrigatórias
Junho - 2016	Aviso nº 02/2016, de 15 de Junho	Fundos próprios regulamentares
	Aviso nº 03/2016, de 16 de Junho	Requisitos de Fundos próprios regulamentares para risco de crédito
	Aviso nº 04/2016, de 22 de Junho	Requisitos de Fundos próprios regulamentares para risco de mercado
	Aviso nº 05/2016, de 22 de Junho	Requisitos de Fundos próprios regulamentares para risco de oprecional
	Aviso nº 06/2016, de 22 de Junho	Adopção plena das normas internacionais de contabilidade/normas internacionais de relato financeiro
	Aviso nº 07/2016, de 22 de Junho	Governança de risco
	Aviso nº 08/2016, de 22 de Junho	Risco da taxa de juro na carteira bancária
	Aviso nº 09/2016, de 22 de Junho	Limites prudenciais aos grandes riscos
Julho-2016	Instrutivo nº 16/2016, 01 de Julho	Cálculo e requisitos de fundos próprios regulamentares para o risco operacional
Outubro - 2016	Instrutivo nº 20/2016, de 06 de Outubro	Adopção plena das normas internacionais de relato financeiro
Novembro - 2016	Directiva nº 04/DRO/DSC/DMA/2016	Cobrança de comissões sobre juros e a custódia de títulos públicos

3.6. Presença Geográfica e Rede de Balcões



3.7. Recursos Humanos

O Banco Sol proporciona a todos os Colaboradores um tratamento justo e com igualdade de oportunidades mantendo como linhas estratégicas o reconhecimento do mérito, a gestão do potencial, o desenvolvimento de competências e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Promove a meritocracia em todas as fases dos percursos profissionais definindo a sua remuneração de acordo com a categoria e grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos.

Em 31 de Dezembro de 2016, faziam parte do quadro do Banco Sol, mil quatrocentos e noventa e dois (1.492) Colaboradores, traduzindo um aumento de dezasseis (16) trabalhadores relativamente a 2015.

Apesar deste aumento, devido principalmente à expansão da rede comercial de distribuição do Banco, o rácio “nº de colaboradores por balcão” manteve-se em relação a 2015, situando-se em oito (8) colaboradores em média, por balcão, confirmando o sucesso da implementação do plano de expansão da rede comercial e consequente maximização dos recursos humanos existentes.

	2016	2015
Colaboradores	1.492	1.476
Homens (%)	47,3	47,6
Mulheres (%)	52,7	52,4

Os Colaboradores são um dos pilares estratégicos do Banco Sol o que justifica que a formação seja assumida como uma prioridade para o desenvolvimento das suas competências profissionais e pessoais.

A busca pela excelência, na qualidade do serviço a prestar aos Clientes, passa pela identificação da formação mais adequada às necessidades específicas de cada Colaborador.

Durante o ano de 2016 foi desenvolvido um extenso plano de formação interna, abrangendo praticamente todas as áreas funcionais do Banco, como forma de transmissão vertical e horizontal de conhecimentos em toda a organização. Especificamente, no âmbito de protocolos celebrados com empresas de consultoria e formação, foram ministradas duas mil e setenta (2.070) horas de formação, visando a capacitação de duzentos e noventa e oito (298) Colaboradores. Os custos associados a estas acções de formação totalizaram aproximadamente 151.344 milhares de Kwanzas (53.661 milhares de Kwanzas em 2015).

O Banco Sol disponibiliza também um conjunto de benefícios sociais aos Colaboradores, nomeadamente no âmbito da saúde, do crédito automóvel, do crédito ao consumo e do crédito à habitação própria permanente em condições especiais, respeitando, contudo, os princípios de análise

de risco de crédito instituídos nas normas do Banco. Durante o ano de 2016, o Banco Sol concedeu quinhentos e cinquenta (550) novos créditos aos seus Colaboradores (596 em 2015), dos quais quatrocentos e cinquenta e três (453) do total de pedidos concedidos, dizem respeito ao Crédito ao Consumo.



99% das pessoas que fazem
investimentos deveriam diversificar
mais e negociar menos.
(Warren Buffet)

4.

ENVOLVENTE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Enquadramento Económico e Financeiro Internacional

De acordo com o FMI-Fundo Monetário Internacional, em 2016 a economia mundial abrandou pelo segundo ano consecutivo, estimando-se em 3,1% o seu crescimento. O valor apurado deve-se, em parte, ao menor dinamismo dos países desenvolvidos, uma vez que os emergentes mantiveram a cadência da expansão.

Nos EUA, a taxa de variação do PIB foi de 1,6%, abaixo da expansão de 2,6% registada em 2015, o que corresponde ao ritmo mais fraco dos últimos sete anos. Tal desempenho, segundo os

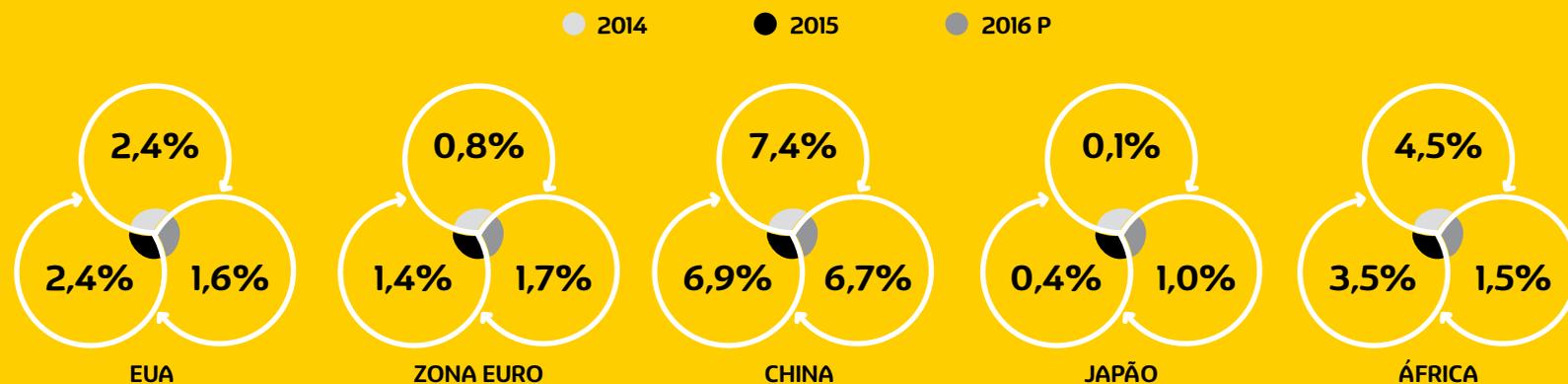
analistas, deveu-se à contração do investimento não residencial e à desaceleração da componente residencial, num quadro de maior incerteza política.

Na Zona EURO, a generalidade dos Estados-Membros continuou a crescer abaixo do respectivo potencial, apesar do desempenho favorável do consumo que tem vindo a ser suportado pela melhoria do emprego e pelo baixo nível das taxas de juro. Segundo estimativas do FMI, a taxa de variação do PIB, em 2016, não deverá ter ultrapassado 1,9%. A economia Nipónica, em 2016,

terá avançado 0,9%. No médio prazo, segundo o FMI, a despesa pública e a política monetária serão os factores de suporte de crescimento.

De acordo com o FMI-Fundo Monetário Internacional, a economia mundial deverá continuar limitada por alguns desafios, destacando-se a desaceleração económica na China (6,7%, em 2016), reduzidos preços das *commodities*, volatilidade dos mercados financeiros internacionais e tensões em alguns países emergentes.

Economia mundial





Regra número um: nunca
perca dinheiro. Regra
número dois: não se esqueça
da regra número um.
(Warren Buffet)

Estima-se que o crescimento regional (África Subsariana) tenha desacelerado de 3,1% em 2015 para 1,5% em 2016, o menor nível em mais de duas décadas. Os países exportadores de commodities tentam ajustar-se aos preços baixos, o que ameaça os recentes avanços na pobreza e nos indicadores sociais.

A evolução dos mercados financeiros internacionais, ao longo do ano de 2016, foi surpreendentemente tranquila em face tanto da evolução política internacional, em particular no que diz respeito ao BREXIT e à eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, como também do aumento das taxas de juro de longo prazo norte-americanas.

Assistiu-se, também, a uma valorização significativa dos índices accionistas da praça de Nova Iorque quando comparados com os congéneres europeus e nipónicos e da apreciação do dólar americano contra a maioria das moedas das economias desenvolvidas.

4.2. Enquadramento Económico e Financeiro Nacional

O ano de 2016 foi marcado pela procura de soluções para que a economia se recupere da crise. A diversificação foi a palavra de ordem no 1º semestre de 2016 e a estabilidade no 2º semestre.

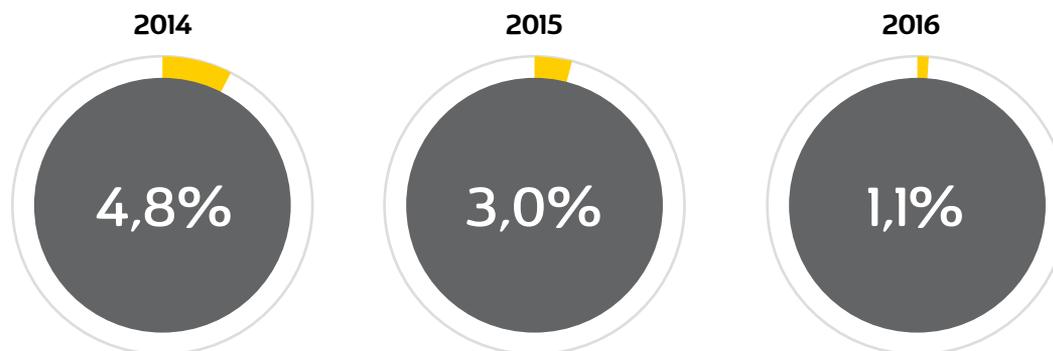
Algumas medidas adoptadas para colmatar a crise geraram impactos indesejáveis sobre a economia, como a desvalorização cambial e a redução dos subsídios aos combustíveis sobre o nível dos preços.

O FMI reviu as suas previsões para o país, esperando que a actividade económica expanda 1,3% em 2017, após uma estagnação em 2016. Angola será um dos três países (juntamente com a África do Sul e Nigéria) que impulsionará o crescimento económico da África Subsariana em 2017.

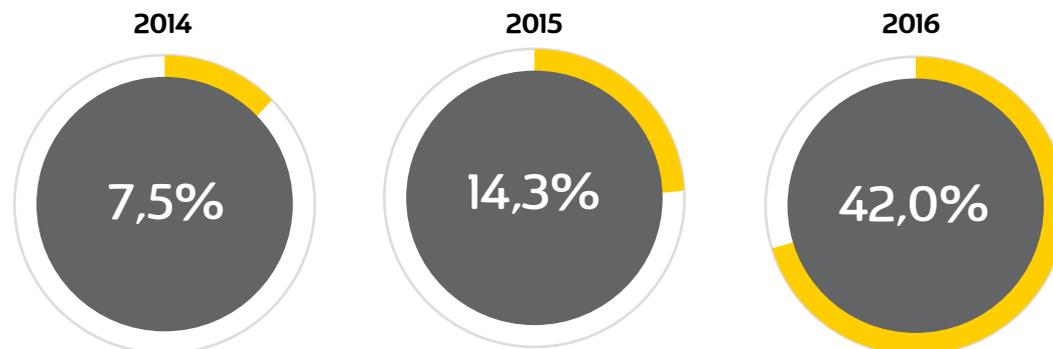
O choque petrolífero que se iniciou em 2014 voltou a ter um impacto profundo em Angola em 2016. O FMI estima que se tenha registado uma contração de 0,4% do sector não petrolífero, com os sectores da indústria, dos serviços e da construção pressionados pela escassez de divisas, quer pela necessidade de reduzir bens importados. O sector petrolífero terá registado um crescimento anual de 0,8%.

A taxa de inflação em Luanda, referência para o país, situou-se em 41,95% em 2016, quase três vezes o registado em 2015, prevendo o FMI uma redução para 20% em 2017.

PIB Angola



Inflação



A estabilidade cambial, a partir do 2º semestre de 2016, foi obtida com recurso a maior rigidez da taxa de câmbio associada ao compromisso de venda regular de divisas assumido pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Contudo, a queda de venda de divisas em 2016 quando comparada com 2015, é de cerca de 50%, sendo ainda notória a predominância da venda de Euros, a partir do 1º trimestre do ano de 2016.

O Comité de Política Monetária do BNA tem mantido as taxas inalteradas desde a segunda metade de 2016 (16%). A decisão visa estabilizar a evolução das taxas de juro na economia, dado o impacto negativo do aumento do custo de financiamento sobre o crescimento económico.

O país continua, contudo, a acautelar uma quantia prudente de reservas internacionais líquidas, que permitem afastar receios sobre a solvabilidade do país. No final de 2016, totalizavam aproximadamente USD 21,4 mil milhões.

O segredo para investir é descobrir o
valor de alguma coisa, e então pagar
muito menos por ela.
(Joel Greenblatt)



5. SÍNTESE DE ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO

5.1. Actividade Comercial e Áreas de Negócio

Em 2016, primeiro ano de execução do novo plano estratégico plurianual (2016-2019) preparado pelo Conselho de Administração e em devido tempo sufragado pela respectiva estrutura accionista, o foco na estratégia definida pelo Conselho de Administração, principalmente assente na proximidade e no fortalecimento das relações com os seus Clientes, apostando fortemente no incremento de vinculação/relação com os mesmos, continuou a ser um dos principais elementos orientadores das actividades comerciais do Banco Sol.

Num contexto macroeconómico exigente e num mercado crescentemente concorrencial e sofisticado, a actividade comercial do Banco intensificou-se e desenvolveu-se segundo as seguintes linhas de força principais:

- (i) Excelência no serviço a Clientes, quer a nível de atendimento e aconselhamento personalizado e especializado, quer em termos de execução operacional, através de uma equipa comercial altamente qualificada e flexível na acção;
- (ii) Continuidade na implementação da política de celebração de Protocolos com diversas instituições públicas e privadas;

(iii) Continuidade na política de expansão da rede comercial, com abertura de novos balcões, reforçando-se assim a presença efectiva no todo nacional;

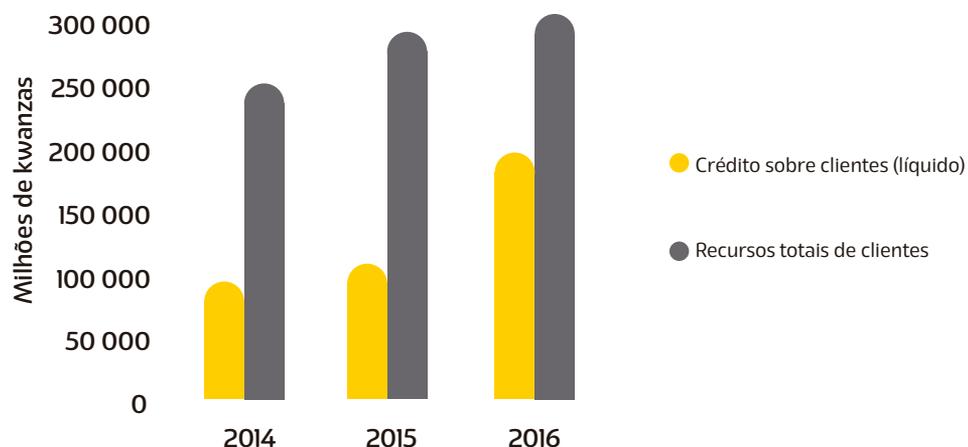
(iv) Lançamento de novas soluções financeiras e serviços, correspondendo adequadamente e em cada momento aos objectivos e necessidades dos Clientes, tanto particulares como empresas;

(v) Expansão da oferta de canais electrónicos como meios alternativos e facilitadores da interacção dos Clientes com o Banco.

Créditos e Recursos de Cliente

Em 2016 verificou-se uma evolução positiva do volume de Recursos de Clientes sob gestão do Banco, cujo incremento percentual correspondeu a 4,8% e a um crescimento significativo da carteira de crédito líquida (89,5% comparativamente ao ano anterior).

Economia mundial



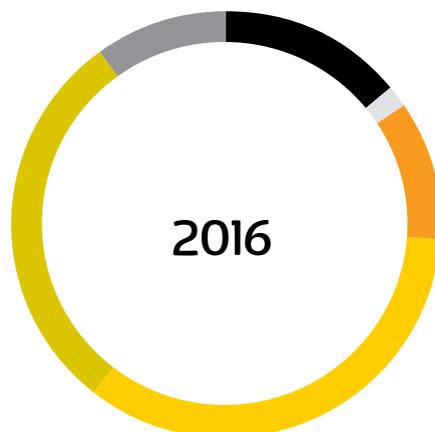
5.1. Actividade Comercial e Áreas de Negócio

Sendo o crescimento registado na carteira de recursos de clientes sob gestão relativamente moderado, comparativamente ao verificado no ano anterior (fundamentalmente em resultado da conjuntura económica atravessada), o expressivo crescimento da carteira de crédito traduziu a atitude e estratégia comercial do Banco Sol (enquanto instituição claramente empenhada e comprometida com a sociedade e economia nacionais), em apoiar decisiva e efectivamente os diferentes sectores da economia nacional no que às suas necessidades de financiamento diz respeito, no momento relativamente crítico atravessado.

Como consequência desta dupla evolução estratégica - captação moderada de recursos e apoio creditício efectivo e empenhado à economia - o rácio de transformação de recursos de clientes em crédito líquido situava-se em finais de 2016 em 63,3%, sensivelmente acima do verificado no final do ano anterior (35,0%).

Por outro lado, na concessão de crédito, o Banco Sol continuou em 2016 a tomar estrategicamente em consideração, não só a envolvente macroeconómica, como também a consequente necessidade de reforçar prudencialmente o *stock* de imparidades contabilisticamente reconhecidas para riscos de crédito (que cresceu 30,3% face ao ano anterior), reforçando, assim, a segurança e resiliência do seu balanço patrimonial.

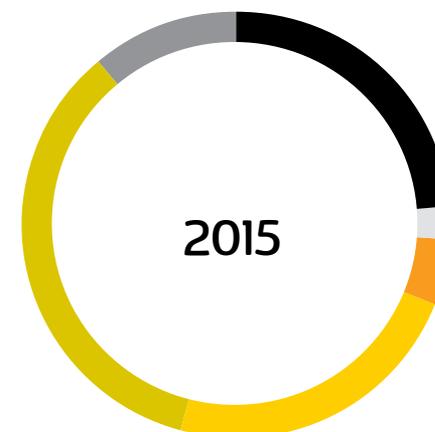
Em termos de distribuição sectorial da carteira de crédito, comparada com o ano anterior, a situação era a seguinte:



- Particulares **14,1%**
- Agric. Prod. Animal Pescas e Silv. **1,5%**
- Construção **10,7%**
- Comércio (P/Grosso e Retalho) **34,4%**
- Serviços **29,5%**
- Outros **9,8%**

Constata-se que no final de 2016, cerca de 14,1% do crédito concedido refere-se a Particulares, tendo este segmento reduzido significativamente o seu peso, face a Dezembro de 2015 (23,8%).

Ao invés, o peso relativo da exposição creditícia no sector da Construção, cresceu em 2016 para 10,7%



- Particulares **23,8%**
- Agric. Prod. Animal Pescas e Silv. **2,5%**
- Construção **4,9%**
- Comércio (P/Grosso e Retalho) **23,2%**
- Serviços **34,6%**
- Outros **11,0%**

da carteira de crédito global do Banco (4,9% em 2015).

Por outro lado, a concentração de crédito no segmento de clientes do sector Comércio por grosso e a retalho subiu em 2016 para 34,4% do total da carteira (23,2% em 2015).

Em 2016 foram celebrados pelo Banco Sol cerca de trezentos e setenta (370) novos contratos de concessão de crédito.

No respeitante à carteira de depósitos de clientes, registou-se um crescimento anual global de 4,3%, atingindo o respectivo montante global no final do ano de 2016 um valor aproximado de 289.039 milhões de kwanzas. A este agregado deve ainda ser acrescida a carteira de Certificados de Depósitos a Prazo ("Certificados Solidários"), com um valor de cerca de 9.731 milhões de kwanzas, atingindo assim o total de recursos de clientes à guarda do Banco Sol, o montante de 298.770 milhões de kwanzas.

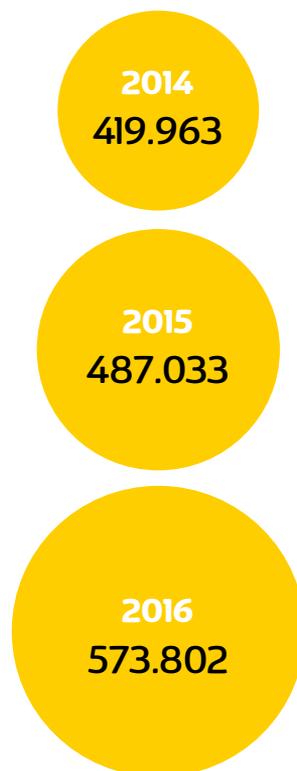
Recursos de Clientes (milhões de Kwanzas)

Área de Negócio	2015	2016	Var. %
Depósitos à ordem	195.745	179.992	-8,0%
Outros depósitos	81.307	109.047	34,1%
Depósitos	277.052	289.039	4,3%
Certificados de depósitos	8.075	9.731	20,5%
Total de recursos sob gestão	285.127	298.770	4,8%

Clientes e Redes de Distribuição

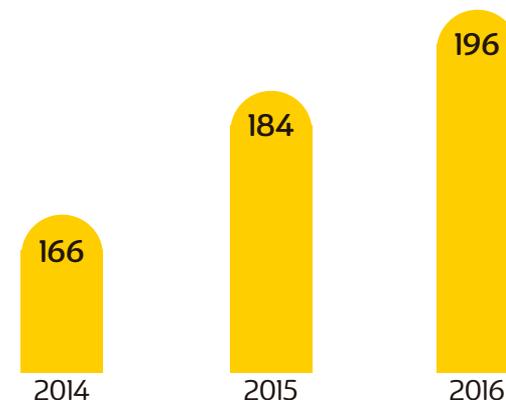
No âmbito do negócio de Particulares e Empresas, encerrou-se o ano de 2016 com quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e dois (573.802) Clientes, o que significou um incremento de 17,8% face ao período homólogo (+ 86.769 novos Clientes), reflectindo a aposta do Banco Sol no alargamento da sua base de Clientes.

Número de clientes



Em termos da rede física de distribuição do Banco Sol, 2016 registou um crescimento de doze (12) unidades, encontrando-se em funcionamento no final do ano cento e noventa e seis (196) balcões de atendimento, entre agências, dependências, postos de atendimento e centro de empresas, sendo de realçar em especial, o fortalecimento da presença do Banco Sol no todo nacional.

Número de balcões



No que diz respeito às redes complementares de serviço a Clientes e não Clientes (vulgarmente designados de "canais electrónicos"), o ano de 2016 foi também um ano de consolidação e melhoria do nível de serviços dos diversos canais do Banco Sol. Assim, acompanhando o crescimento do número de Clientes do Banco, e no que concerne à gestão de meios de pagamento, o parque de cartões de débito nacionais (MULTICAIXA) registou um significativo crescimento de 26,8%, quando comparado com

5.1. Actividade Comercial e Áreas de Negócio

a dimensão atingida no final de 2015, enquanto que as emissões de cartões VISA registaram um crescimento mais moderado, de cerca de 7,9% comparativamente com o ano transacto.

Acompanhando o processo de expansão da sua rede comercial, o parque de ATM instalado, cresceu 14,6% em todo o território nacional, mantendo o Banco Sol a sua política de melhoria da rentabilidade dos equipamentos e da optimização dos seus processos operativos. No final de 2016, o Banco detinha um parque de trezentas e vinte e duas (322) máquinas activas (281, no final de 2015).

O parque de TPA registou um crescimento de 39,8%, comparativamente ao ano anterior, o que ilustra a clara aposta do Banco Sol na presença junto da clientela de negócios e empresas fornecedoras de bens e serviços a Clientes finais.

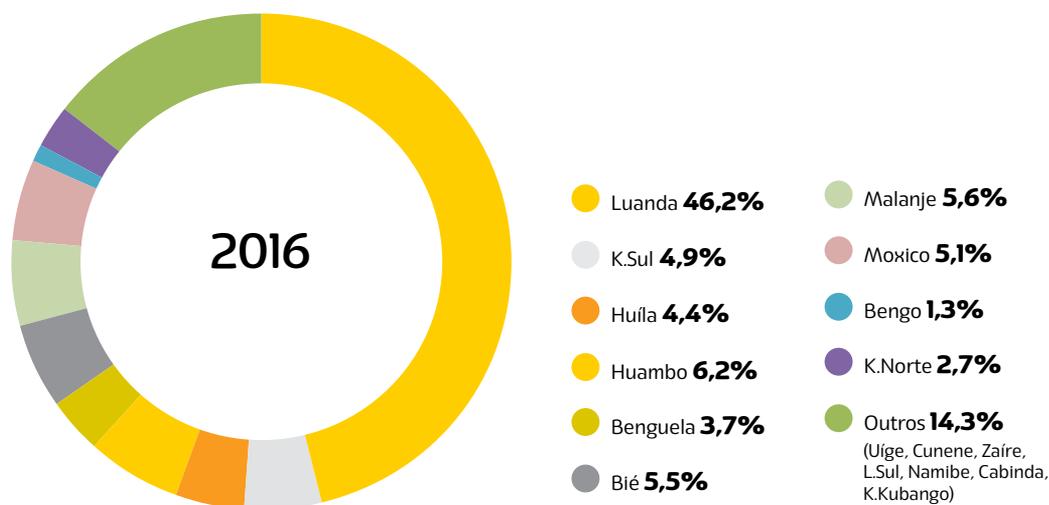
Os canais SOLNET, SOLSMS e CALL CENTER mantiveram a tendência de evolução seguida nos anos anteriores, sendo particularmente importante destacar o crescimento verificado do número de clientes aderentes ao SOLSMS.

Sendo o SOLNET um canal privilegiado no estabelecimento da relação imediata e directa do Cliente com o Banco, procurou-se durante o ano de 2016, dinamizar o leque de produtos e serviços disponíveis, alargar o período de disponibilidade, assim como reforçar os respectivos níveis de segurança. Assim, em 2016 o número de aderentes

a este serviço cresceu 12,5%, o que corresponde a um aumento em número de clientes de quatro mil duzentos e noventa e nove (4.299), face ao ano anterior.

No tocante ao CALL CENTER, registou-se um acréscimo significativo no volume de chamadas atendidas de apoio ao Cliente bem como no maior número de funcionalidades através deste canal. Estas plataformas foram responsáveis, em 2016, por um elevado número de operações, representando desta forma, um claro voto de confiança dos Clientes no Banco Sol, fazendo uso dos mesmos de forma diversificada, em função da necessidade específica, localização e momento.

Distribuição geográfica da actividade de microcrédito



Microcrédito

A actividade de microcrédito, de que o Banco Sol se orgulha justamente de ser um pioneiro no mercado angolano e que faz desde sempre parte do ADN do Banco, ocupa um lugar central nas actividades da instituição.

No ano de 2016, foram apoiados 8.912 beneficiários/clientes com projectos viáveis em diferentes partes do território angolano, tendo sido concedido um volume total de financiamentos de aproximadamente 1.747,1 milhões de kwanzas.

Em termos históricos, o valor total do crédito concedido nesta área de negócio, até ao final de 2016, totalizou 30.337.740 milhares de kwanzas, abrangendo na totalidade 123.449 beneficiários, divididos pelos seguintes produtos:

(Valores monetários expressos em milhares de kwanzas)

Produtos	Nº Beneficiários	Crédito Concedido
Microempresas	15.640	14.346.568
Consumo	11.950	4.779.150
Grupo Comercial	7.755	599.514
OMA - Organização da Mulher Angolana	503	286.267
INEFOP- Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional	4.982	1.148.888
FMEA- Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola	30	79.660
World Vision	158	28.537
MOSEL- Produtos e Especialidades Farmacêuticos	22	38.748
Mulher Feliz	120	31.356
Grupo Rural	82.289	8.999.051
Total	123.449	30.337.740

Crédito Vencido e Recuperação de Crédito

No âmbito da recuperação de créditos, no decorrer do ano de 2016, o Banco Sol deu continuidade às actividades desenvolvidas em anos anteriores com o intuito de controlar e reduzir o crédito vencido da carteira comercial e do microcrédito.

No final de 2016, a carteira de crédito vencido era de

2.891.199 milhares de Kwanzas (2.441.995 milhares de Kwanzas, no final de 2015), correspondendo este valor a 1,4% da carteira de crédito do Banco Sol naquela data.

Por tipo de clientes, a evolução do crédito vencido, em 2016 e 2015, foi a seguinte:

(Valores monetários expressos em milhares de kwanzas)

Área de negócio	2015	2016
Particulares	1.901.838	2.251.980
Empresas	540.157	639.219
Total	2.441.995	2.891.199

5.1. Actividade Comercial e Áreas de Negócio

Para melhorar o controlo sobre os créditos em incumprimento, a Administração do Banco Sol tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas, nomeadamente na promoção de um maior intercâmbio entre as diversas Direcções envolvidas na concessão e acompanhamento do crédito, formação, implementação de aplicações e ferramentas de suporte à monitorização e gestão do crédito vencido e no reforço da disciplina, consistência e grau de sistematização na gestão do crédito vencido.

Unidades de Apoio ao Negócio

Sendo os Clientes um dos activos de maior valia para o Banco, a permanente avaliação dos níveis de serviço prestados pela instituição, bem como a monitorização e gestão de todas e quaisquer manifestações de desagrado com o respectivo relacionamento comercial (materializadas em reclamações formuladas) estão permanentemente no centro das atenções do Banco Sol.

Assim sendo, são conduzidos regularmente pela Direcção de Marketing do Banco estudos e avaliações dos níveis de satisfação dos Clientes, integrados num plano consistente e articulado de research, cujos resultados são analisados e monitorizados em sede própria e indutores, sempre que justificado, das necessárias medidas mitigadoras.

Por outro lado, todas e quaisquer reclamações recebidas são encaminhadas e tratadas no Sector de Provedor do Cliente, enquadrado organicamente na Direcção de Marketing do Banco, onde são

individual e imediatamente analisadas e tratadas em conformidade.

Em relação aos Sistemas e Tecnologias de Informação, o Banco Sol continuou a investir de forma sustentada em tecnologias e sistemas mais avançados de suporte ao negócio tendo simultaneamente mantido a aposta na implementação de uma estrutura organizacional funcional, adequada à necessidade de dar resposta à crescente exigência dos Clientes por mais e melhores serviços, melhorando, sempre que possível, os níveis da sua segurança.

Do ponto de vista das infraestruturas tecnológicas houve um forte investimento na capacidade de processamento, armazenamento e comunicações com vista a acompanhar o aumento de volume de negócios actual e futuro.

Destacam-se os seguintes projectos, alguns deles iniciados em anos anteriores, concluídos e iniciados em 2016 e outros com conclusão prevista para 2017:

Projecto	Descrição
Gestão de Risco - Cálculo de imparidades	Implementação de melhorias nos modelos de cálculo e avaliação de imparidade, e conseqüente determinação de provisões
Site institucional do Banco Sol	Criação do portal corporativo do Banco SOL com capacidade de gestão de conteúdos através de funcionalidades disponíveis em back-office
Bodiva	Desenvolvimento aplicacional no sentido de assegurar as comunicações transacionais entre o Banco SOL e a plataforma da Bodiva
SOL Seguros	Desenvolvimento e implementação da infraestrutura de suporte ao lançamento da SOL Seguros
Canais electrónicos Net banking (particulares e empresas) Mobile Banking	Desenvolvimento aplicacional e implementação de soluções multicanal, no sentido de possibilitar a realização de operações bancárias
AGT - Pagamento de impostos via Gateway	Desenvolvimento aplicacional no sentido de permitir o pagamento de impostos, nos balcões do Banco SOL, via sistema GateWay



Não foi de um salto que os grandes homens chegaram às culminâncias do êxito, mas sim trabalhando enquanto os outros dormiam.

(James Allen)

5.2. Política e Gestão de Riscos

A função de gestão de riscos, entendida como um sistema integrado de políticas e processos, com carácter permanente e transversal na instituição, garantindo os objectivos de eficiência operativa, controlo dos riscos inerentes à actividade, fiabilidade da informação de suporte à gestão e estrito cumprimento dos normativos legais e internos, é conduzida permanentemente no Banco Sol de acordo com as estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, assumindo um papel fundamental na garantia da sustentabilidade e rentabilidade da actividade.

O processo de gestão de riscos prosseguido pelo Banco Sol assenta, pois, em 3 objectivos estratégicos;

- Clara identificação, monitorização e controlo da exposição aos riscos considerados relevantes para o Banco;

- Implementação de processos de monitorização dos riscos, com suporte quantitativo adequado, tendo em vista encadear as diferentes exposições aos riscos com os respectivos impactos financeiros em capital;

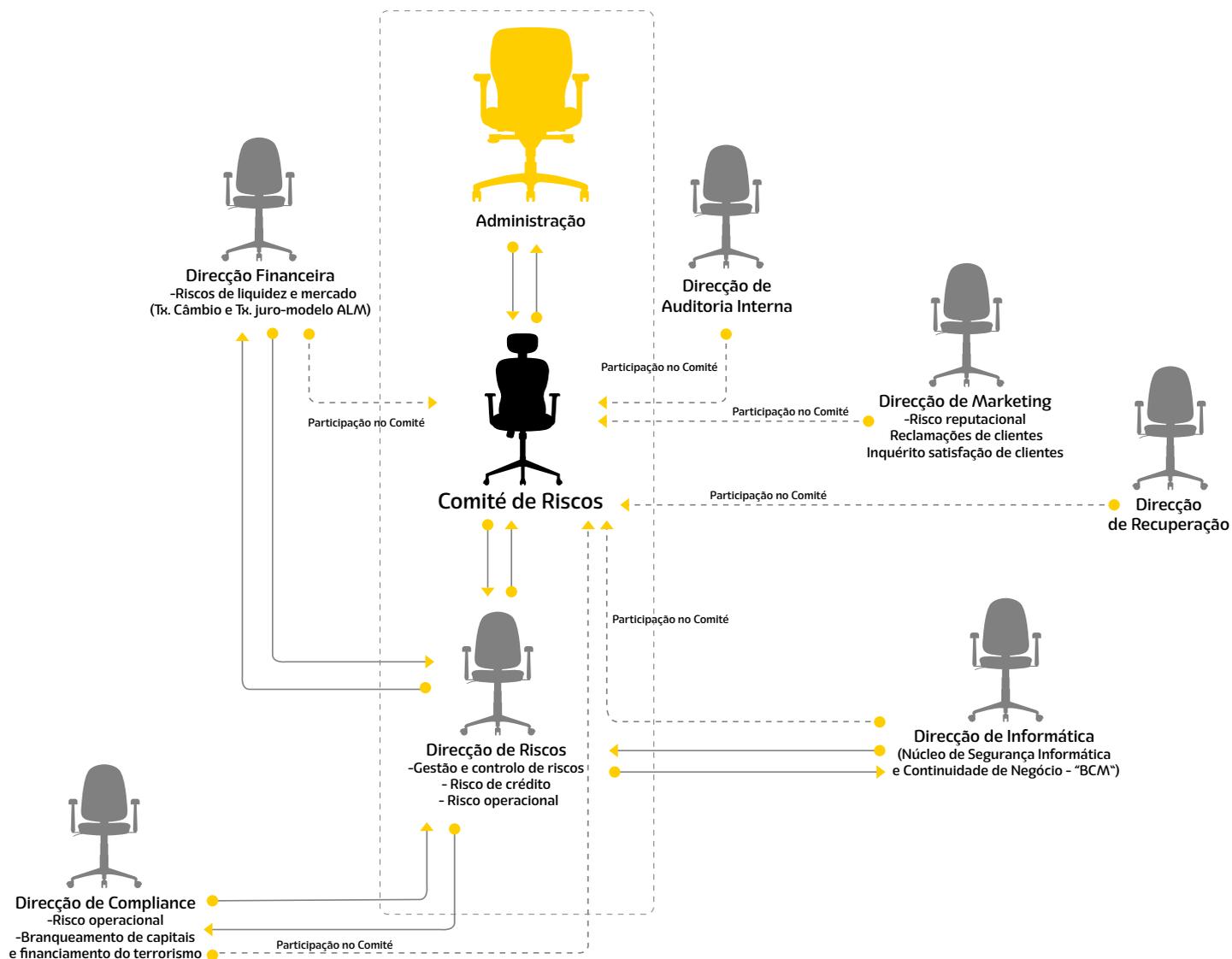
- Definição quantificada de níveis de tolerância para os diferentes riscos e factores de risco, bem como a consequente implementação dos respectivos mecanismos e acções de mitigação, de acordo com os níveis de alerta definidos.

Por outro lado, em termos práticos, o sistema de gestão de riscos encontra-se estruturado nas três seguintes áreas de intervenção:

- Implementação de modelos de gestão e de circuitos operacionais perfeitamente delineados e definidos (incluindo a respectiva responsabilização) e controlados numa base diária;
- Existência de um sistema integrado e consistente de controlo interno dos riscos da actividade;
- Processo de auditoria interna tempestivo e eficaz.

O Sistema Integrado de Controlo Interno

Do ponto de vista funcional e orgânico, a arquitectura geral do Sistema de Gestão Integrada de Riscos implementado no Banco Sol, pode ser visualmente sintetizada no seguinte organigrama:



5.2. Política e Gestão de Riscos

Sendo claramente identificados os três principais órgãos do Sistema Integrado:

A Administração é responsável pela definição, implementação e revisão periódica do Sistema de Controlo Interno, de modo a assegurar que, com carácter de permanência, sejam atingidos os objectivos definidos;

O Comité de Riscos possui competências delegadas de implementação e controlo da estratégia de Riscos definida, nas suas diferentes vertentes;

A Direcção de Riscos, estrutura orgânica de primeira linha do Banco e dotada de recursos adequados que, ocupando o lugar central no Sistema de Controlo Interno, se assume como responsável pela gestão global de riscos da instituição.

Adicionalmente, deverá ser realçado o papel da Direcção de Auditoria Interna que, de uma forma autónoma e em permanência, efectua a avaliação da efectividade, eficácia e adequação do próprio Sistema de Controlo Interno do Banco.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de impactos negativos na situação líquida da instituição, pela ocorrência de alterações adversas no ambiente de negócios e da potencial incapacidade de resposta a estas alterações e ou de decisões de gestão estratégica inadequadas.

A permanente avaliação da correcção das opções estrategicamente tomadas e dos eventuais riscos

que o ambiente de negócios vai colocando é realizada no Banco Sol em sede do Comité de Riscos.

Risco de Liquidez

O processo de gestão do risco de liquidez integra os domínios fulcrais da gestão do negócio, com risco implícito, como sejam a gestão de activos e passivos, gestão da liquidez e gestão de tesouraria. São aspectos essenciais deste processo a gestão contínua e rigorosa da estrutura de balanço, a gestão dos fundos próprios líquidos bem como a gestão operacional dos *cash-flows* implícitos na actividade.

A avaliação do risco de liquidez do Banco, suportada por produção de informação de gestão adequada, baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pela autoridade de supervisão (BNA), assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição.

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação dos *gaps* e rácios de liquidez e um acompanhamento permanente em sede do comité de Activos e Passivos do Banco.

Riscos de Mercado (incluindo riscos de Taxa de Juro e Cambial)

Os potenciais riscos de taxa de juro e cambial são regularmente avaliados e monitorizados em sede do Comité de Activos e Passivos, com suporte

em informação estatística específica e relevante, incluindo a análise de sensibilidade das posições em balanço do Banco a variações discretas que potencialmente possam vir a verificar-se.

Concretamente em relação ao risco cambial e aos respectivos limites regulamentares, estes são também acompanhados diariamente, com base em informação relativa às diferentes posições (longas e curtas) detidas em cada momento pelo Banco, bem como bi-semanalmente no Comité de Divisas, fórum operacional cujas atribuições incluem a gestão prudencial de divisas, de forma a assegurar a cobertura das necessidades do Banco nesta matéria.

Mensalmente, em sede do Comité de Riscos do Banco, é feita a avaliação e monitorização destes riscos, sendo tomadas sempre que necessário, orientações estruturais com eles relacionados.

Risco Operacional

Englobados no conceito de risco operacional, definido como o potencial de perdas financeiras proveniente da inadequação ou deficiência dos processos internos, pessoas ou sistemas, possibilidade de fraudes, internas ou externas, bem como de eventos externos, encontram-se também os riscos de *compliance* (provenientes de violações ou incumprimento de leis, regras e outros instrumentos juridicamente válidos ou ainda de princípios éticos social e comercialmente consagrados) e de sistemas de informação, estes provenientes da inadequação das tecnologias de informação utilizadas na consecução dos negócios.

A monitorização e gestão dos riscos de *compliance* são executadas diariamente pela Direcção de *Compliance* do Banco Sol, enquanto direcção de primeiro nível na estrutura orgânica do Banco e dotada de recursos, técnicos e humanos, adequados.

Mensalmente, em sede de Comité de Riscos, é realizada a avaliação da situação do Banco nesta área, sendo aí eventualmente tomadas as orientações estruturais que se venham a impor a cada momento. Os riscos relacionados com sistemas de informação são também diariamente monitorizados, em primeira instância pela Direcção de Tecnologias de Informação e subsidiariamente pela Direcção de Riscos, sendo mensalmente reportados e analisados no Comité de Riscos.

Os restantes riscos operacionais, relativos à inadequação de processos internos e pessoas, fraudes e possibilidade de ocorrência de eventos externos, são monitorizados e geridos continuamente pela Direcção de Riscos e avaliados regularmente em sede do Comité de Riscos do Banco Sol.

Risco de Crédito

O acompanhamento e gestão do risco de crédito, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital do Banco, derivados do incumprimento dos compromissos financeiros contratualmente assumidos pelas respectivas contrapartes, são realizados continuamente pela Direcção de Crédito do Banco e regularmente avaliados e monitorizados pelo Comité de Crédito e pelo Comité de Riscos do Banco Sol.

Deste modo, os procedimentos implementados no Banco Sol, ao nível da gestão do risco de crédito (permitindo assegurar o cumprimento da estratégia definida, e ainda do normativo estabelecido pelo supervisor, BNA) são os seguintes:

- A Direcção de Crédito assegura realização de análises técnicas de crédito em relação a todas as propostas de facilidades de crédito recebidas, tomando em consideração não só o nível de risco percebido das contrapartes e das operações em si mesmas, mas também os potenciais impactos de cada nova operação, se contratualizada, em termos de rentabilidade da carteira e dos limites prudências de exposição (por contraparte, sectorial, etc) estabelecidos;

- Semanalmente, o Comité de Crédito procede à avaliação e monitorização da carteira de crédito do Banco, no sentido de garantir o contínuo alinhamento desta com os princípios e limites prudências estabelecidos, sendo eventualmente despoletadas as acções concretas que cada exposição concreta venha a exigir;

- Mensalmente, em sede de Comité de Riscos, a carteira de crédito do Banco, bem como os seus respectivos indicadores e limites prudências definidos, são revisitados de uma forma mais estrutural e com suporte em informação estatística relevante e consistente, sendo aí tomadas as

medidas estratégicas que eventualmente se afigurem relevantes para a preservação da qualidade da carteira e dos limites prudenciais de risco.

Risco Reputacional

As acções de avaliação, isto é, a análise e acompanhamento dos riscos reputacionais, entendidos como provenientes da percepção adversa da imagem do Banco por parte de clientes, contrapartes, accionistas, supervisores e opinião pública em geral, são conduzidas permanentemente pela Direcção de Marketing do Banco Sol, sendo reportadas e monitorizadas mensalmente, e de uma forma sistematizada, em sede do Comité de Riscos.

O processo de implementação das acções mitigadoras eventualmente decididas, pelo seu carácter geralmente transversal a todo o Banco, é coordenado pela Direcção de Riscos do Banco Sol.

6. ANÁLISE FINANCEIRA

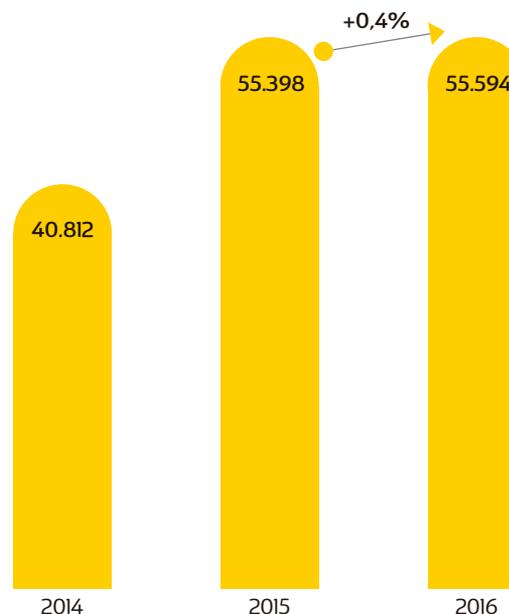
6.1. Evolução do Resultado Líquido e das Rendibilidades (ROAE e ROAA)

No exercício de 2016, o Lucro Líquido do Banco Sol atingiu o valor de 55.594 mil USD (em 2015, 55.398 mil USD), equivalente a AKZ'000 9.223.208 (em 2015, AKZ'000 7.496.216), o qual supera o valor estimado no Plano Estratégico para o Quadriénio 2016-2019 do Banco, representando desta forma um crescimento de 25,8% em relação ao exercício anterior, quando comparamos o seu valor em Kwanzas.

Em 2016 a rentabilidade dos capitais próprios médios do Banco (ROAE) situou-se em 35,1% (36,3%, em 2015) e a rentabilidade dos activos médios (ROAA) em 2,5% (2,5%, em 2015).

Esta evolução do Resultado Líquido (Lucro) reflecte o crescimento de 27,9% do Produto da Actividade Bancária no exercício de 2016, beneficiando fundamentalmente do desempenho da Margem Financeira, influenciada pelos proveitos gerados em títulos e valores mobiliários (Bilhetes e Obrigações do Tesouro indexados ao dólar americano). Em 2016 os proveitos obtidos com estes títulos foram de, aproximadamente, 181 milhões de USD (153 milhões de USD em 2015).

Lucro Líquido (mil usd)



6.2. Activo Total

O Activo Total (líquido) cifrou-se em AKZ'000 396.782.595, equivalente a 2.391.654 milhares de USD, no final de Dezembro de 2016 (AKZ'000 326.838.289, em finais de 2015) assistindo-se, assim, a um crescimento de 21,4% em relação ao ano transacto.

Este crescimento do Activo Total deve-se, em grande parte, ao contributo das rubricas "Créditos a Clientes" e "Caixa e Disponibilidades".

Estrutura do Activo

	(valores expressos em milhares de Kwanzas)	
	Dezembro 2016	Dezembro 2015
Caixa e disponibilidades	94.717.255	70.901.904
Aplicações em bancos centrais e outras instituições	-	814.160
Activos financeiros ao justo valor	153.958	-
Investimentos detidos até à maturidade	75.729.482	127.748.844
Créditos a clientes	189.006.233	99.732.496
Outros activos tangíveis	28.330.429	23.338.542
Activos intangíveis	332.076	354.436
Activos por impostos correntes	-	39.140
Activos por impostos diferidos	883.864	690.464
Outros activos	7.629.298	3.218.302
	396.782.595	326.838.289

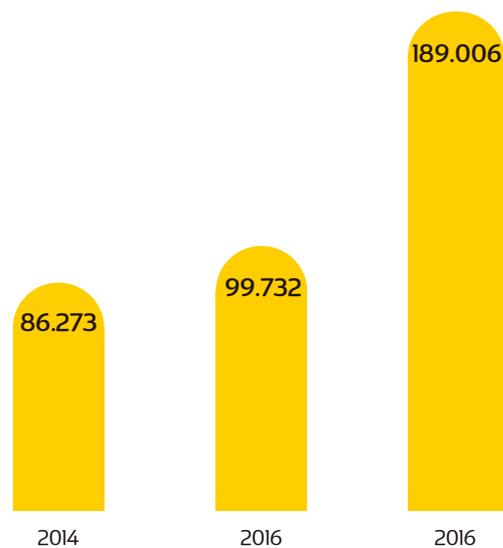
6.3. Créditos sobre Clientes

A carteira de crédito sobre Clientes, líquida de imparidades, ascendeu a AKZ'000 189.006.233, equivalente a 1.139.257 milhares de USD (AKZ'000 99.732.496, no final de 2015), registrando um crescimento de 89,5% em relação a 31 de Dezembro de 2015.

Uma parte significativa dos Créditos concedidos em 2016 estão cobertos por Depósitos a prazo e/ou títulos e valores mobiliários cativos no Banco.

A quota de mercado do Banco Sol, em termos de carteira de Crédito, situou-se, no final de 2016, em 5,1% (em 2015, 3,2%).

Crédito a clientes
(expressa em AKZ'000)



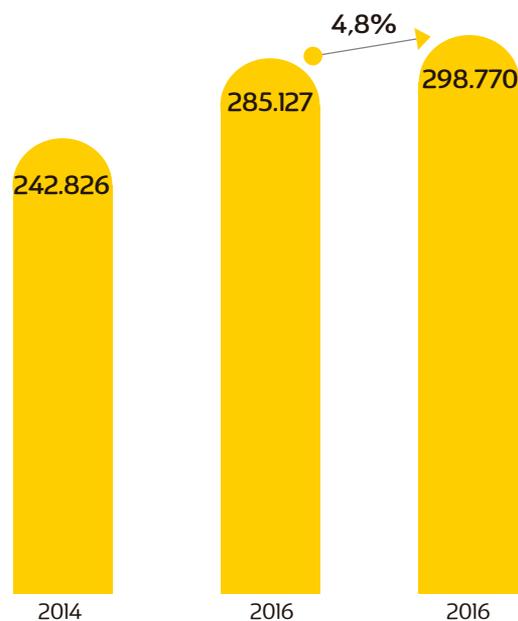
6.4. Recursos Totais de Clientes

Os Recursos Totais de Clientes atingiram o valor de AKZ'000 298.769.981, equivalente a 1.800.871 milhares de USD, no final de 2016, evidenciando um crescimento de 4,8% face aos AKZ'000 285.126.654 registados em 31 de Dezembro de 2015.

Os Recursos de Clientes têm sido, naturalmente, a fonte de financiamento da carteira de crédito e da respectiva expansão.

Como resultado do crescimento da carteira de Crédito referenciada acima, o rácio de transformação de depósitos em crédito líquido situou-se no final do ano em 67,1% (em 2015, 40%)

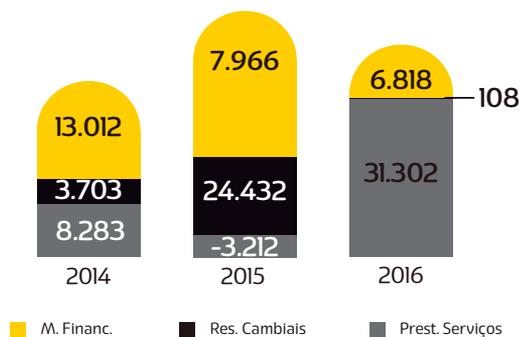
Recursos Totais de Clientes



6.5. Produto da Actividade Bancária

O Produto da Actividade Bancária ascendeu no exercício de 2016 a AKZ'000 37.596.079, evidenciando um crescimento de 30,5% face aos AKZ'000 29.403.952 registados em 31 de Dezembro de 2015.

Produto da Actividade Bancária



O crescimento assinalável da Margem Financeira (+26,4%, em relação a 2015) contrabalançou muito favoravelmente com uma evolução negativa dos resultados de prestação de serviços financeiros (-14,4%) em 2016.

O crescimento registado na Margem Financeira deve-se, em grande parte, aos rendimentos obtidos com os Bilhetes e Obrigações de Tesouro indexados ao Dólar dos Estados Unidos.

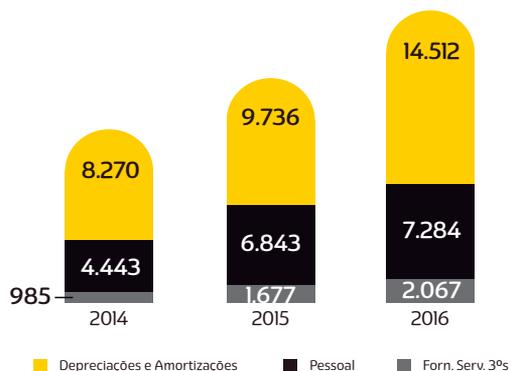


Enquanto participante no mercado, se quer ser bem sucedido, há que olhar sempre para os seus melhores interesses.

6.6. Custos de Estrutura

Os Custos de Estrutura, incluindo principalmente os custos com o pessoal, os fornecimentos de terceiros e as amortizações do exercício, totalizaram AKZ'000 23.862.539 em 2016, comparando com AKZ'000 18.256.596 em 2015, evidenciando um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior.

Custos de Estrutura



No exercício de 2016, a taxa de crescimento dos Custos de Estrutura foi superior à taxa de crescimento do Produto da Actividade Bancária originando, desta forma, uma ligeira perda do Rácio de Eficiência (*Cost-to-Income*): 63,5% em 2016, contra 63,0% em 2015.

Os custos com o pessoal totalizaram AKZ'000 7.283.630 em 2016 (AKZ'000 6.843.253, em 2015), representando um acréscimo de 6,4 % em relação a 2015.

Por outro lado, os gastos com Fornecimentos de Terceiros ascenderam a AKZ'000 14.511.834 em 2016 (AKZ'000 10.004.832, em 2015), representando desta forma um acréscimo de 45,0% em relação ao ano anterior.

O crescimento orgânico do Banco, traduzido na expansão da presença do Banco Sol nas várias Províncias do país (+ doze pontos de distribuição, entre Centros de Empresas, Agências, Dependências e Postos de atendimento abertos em 2016), explicam, em grande parte, a evolução desta rubrica.

As Depreciações e Amortizações do exercício totalizaram AKZ'000 2.067.075 em 2016 (AKZ'000 1.677.458 em 2015).

6.7. Imparidades para créditos a Clientes

O *stock* de Imparidades para Créditos a Clientes e Prestação de Garantias totalizava, no final de 2016, AKZ'000 13.662.676 (em 2015, AKZ'000 10.272.896). O seu peso, em percentagem do total da carteira total de crédito do Banco, desceu de 9,3% em 2015 para 6,7% no final de 2016.

Este significativo esforço do Banco Sol no reforço prudencial das provisões, para fazer face a imparidades de créditos, traduziu-se em termos monetários líquidos num reforço de AKZ'000 3.404.642 do *stock* total de Imparidades para Créditos de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias do Banco.

A cobertura percentual do crédito vencido por provisões ascendeu, em Dezembro de 2016, a 470% (419% em Dezembro de 2015).

6.8. Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco Sol, calculados de acordo com as normas em vigor em 31 de Dezembro de 2016 do Banco Nacional de Angola (Aviso n.º 5/07, de 12 de Setembro), situaram-se em AKZ'000 29.834.149 em 31 de Dezembro de 2016, comparando com os AKZ'000 23.203.111 apurados em 31 de Dezembro de 2015.

O rácio de solvabilidade situou-se em 11,5% no final de 2016 garantindo desta forma o pleno cumprimento dos rácios de capital requeridos pelo Banco Nacional de Angola (BNA) (de acordo com as normas do BNA, este rácio deverá situar-se num valor igual ou superior a 10%).

6.9. Rede de Distribuição, Número de Colaboradores e Canais Automáticos e Virtuais

A Rede de Distribuição do Banco Sol aumentou relativamente a 2015 tendo sido, abertos em 2016, doze (12) novas unidades de negócio, entre Agências, Dependências, Postos e Centros de Empresas.

O número de Colaboradores do Banco Sol registou um acréscimo total de dezasseis em relação ao ano anterior, tendo atingido em 31 de Dezembro de 2016 um total de mil quatrocentos e noventa e dois (1.492) Colaboradores (1.476 em 31 de Dezembro de 2015).

Assistiu-se durante o exercício de 2016 a uma crescente utilização da banca electrónica bem como ao crescimento do parque de terminais.

No final de 2016, o Banco Sol contava com trinta e oito mil setecentos e quarenta e dois (38.742) aderentes ao SOLNET (34.443, em 2015) e cento e dezanove mil novecentos e noventa e seis (119.996) aderentes ao SOLSMS (109.463, em 2015).

Em termos de parques de terminais, no final de 2016, o Banco Sol contava com trezentos e vinte e dois (322) ATM (281, em 2015) e nove mil quatrocentos e sessenta (9.460) TPA (6.767, em 2015).

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando as disposições estatutárias do Banco Sol e nos termos da legislação angolana em vigor, nomeadamente o artigo nº327 do Código das Sociedades Comerciais e Lei nº 13/05 das Instituições Financeiras, propõe-se que aos Resultados Líquidos positivos do exercício de 2016 no montante de 9.223.207 milhares de Kwanzas (equivalente a 55.593 mil USD), seja dada a seguinte aplicação:

	%	Milhares de AKZ
Reserva legal	10%	922.321
Dividendos aos accionistas	32%	2.951.426
Resultados transitados	58%	5.349.460
TOTAL	100%	9.223.207

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 Balanços em 31 De Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

ACTIVOS	Notas	2016			2015	01.01.2015
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Proforma	Proforma
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	57 141 490	-	57 141 490	49 852 628	35 789 494
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	37 575 765	-	37 575 765	21 049 276	53 551 811
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	-	-	-	814 160	8 529 061
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	153 958	-	153 958	-	13 556 759
Investimentos detidos até à maturidade	8	75 729 482	-	75 729 482	127 748 844	51 580 805
Crédito a clientes	9	202 668 909	(13 662 676)	189 006 233	99 732 496	85 558 079
Outros activos tangíveis	10	34 535 064	(6 204 635)	28 330 429	23 338 542	17 369 647
Activos intangíveis	10	1 715 348	(1 383 271)	332 077	354 437	375 120
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	422 563	(422 563)	-	-	22 211
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	39 140	-
Activos por impostos diferidos	12	883 864	-	883 864	690 464	430 086
Outros activos	13	7 629 297	-	7 629 297	3 218 302	3 464 410
Total do Activo		418 455 740	(21 673 145)	396 782 595	326 838 289	270 227 483

PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	Notas	2016	2015 Proforma	01.01.2015 Proforma
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14	60 519 868	12 056 514	3 205 529
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	289 038 513	277 051 757	236 279 571
Responsabilidades representadas por títulos	16	9 731 468	8 074 897	6 546 252
Provisões	17	3 124 197	2 365 469	1 367 069
Passivos por impostos correntes	-	590 385	863 219	1 278 118
Passivos subordinados	18	741 034	604 791	459 968
Outros passivos	19	3 384 441	2 993 371	4 250 558
Total do Passivo		367 129 906	304 010 018	253 387 065
Capital Social	20	5 000 033	5 000 033	5 000 033
Reservas de reavaliação	20	301 233	301 233	301 233
Outras reservas e resultados transitados	20	15 128 216	10 195 792	7 341 148
Resultado líquido individual do exercício		9 223 207	7 331 213	4 198 004
Total dos Fundos Próprios		29 652 689	22 828 271	16 840 418
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		396 782 595	326 838 289	270 227 483

8.2 Demonstrações dos resultados para os exercícios findos

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	Notas	2016	2015 Proforma
Juros e rendimentos similares	21	44 954 519	30 621 990
Juros e encargos similares	21	(13 652 213)	(6 189 787)
MARGEM FINANCEIRA		31 302 306	24 432 203
Rendimentos de serviços e comissões	22	7 542 568	8 999 887
Encargos com serviços e comissões	23	(724 337)	(1 033 870)
Resultados cambiais	24	107 768	(3 212 058)
Resultados de alienação de outros activos		-	2 751
Outros resultados de exploração	25	(632 226)	215 039
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		37 596 079	29 403 952
Custos com o pessoal	26	(7 283 630)	(6 843 253)
Fornecimentos e serviços de terceiros	27	(4 511 834)	(10 004 832)
Depreciações e amortizações do exercício	10	(2 067 075)	(1 677 458)
Provisões líquidas de anulações	17	(758 728)	(941 116)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	9	(3 404 642)	(1 794 294)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	11	-	(216 701)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		9 570 170	7 926 298
Encargos sobre o resultado			
Correntes	28	(423 651)	(894 604)
Diferidos	28	76 688	299 519
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		9 223 207	7 331 213
Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9 223 207	7 331 213
N.º acções		3 550 000	3 550 000
Resultado Básico por acção		2,598	2,065

8.3 Demonstração das alterações no Capital próprio

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	Notas	Capital social	Reservas de Reavaliação	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
				Reserva legal	Resultados transitados	Total			
Saldos em 1 de Janeiro de 2015		5 000 033	301 233	1 792 472	6 263 958	8 056 430	4 198 004	17 555 700	
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	3	-	-	-	(715 282)	(715 282)	-	(715 282)	
Saldos em 1 de Janeiro de 2015 (Proforma)		5 000 033	301 233	1 792 472	5 548 676	7 341 148	4 198 004	16 840 418	
Transferência do resultado de 2014		-	-	419 801	2 434 843	2 854 644	(2 854 644)	-	
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(1 343 360)	(1 343 360)	
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	7 331 213	7 331 213	
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 (Proforma)		5 000 033	301 233	2 212 273	7 983 519	10 195 792	7 331 213	22 828 271	
Transferência do resultado de 2015		-	-	749 622	4 182 802	4 932 424	(4 932 424)	-	
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(2 398 789)	(2 398 789)	
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	9 223 207	9 223 207	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	20	5 000 033	301 233	2 961 895	12 166 321	15 128 216	9 223 207	29 652 689	

8.4 Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral para os exercícios findos

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	Notas	2016	2015 Proforma
Resultado líquido do período		9 223 207	7 331 213
Outro rendimento integral do período:			
Diferenças de conversão cambial			
Reservas de reavaliação de activos financeiros			
Outros aumentos / diminuições			
Total do Rendimento integral do período		9 223 207	7 331 213

8.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		40 157 752	27 219 830
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(12 192 194)	(6 085 202)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(22 514 172)	(16 892 786)
Outros resultados		6 293 773	3 827 386
Fluxo de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		11 745 159	8 069 228
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		811 890	7 500 000
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(150 000)	13 461 105
Investimentos detidos até à maturidade		52 671 317	(74 954 173)
Crédito a clientes		(88 535 255)	(13 469 862)
Outros activos		(4 488 567)	754 401
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(39 690 615)	(66 708 529)
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(47 911 666)	(10 000 000)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(11 497 973)	(40 558 231)
Outros passivos		(1 109 778)	798 568
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		(60 519 417)	(49 759 663)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		32 573 961	(8 879 638)
Impostos sobre o rendimento pagos		(696 485)	(1 009 984)
Caixa líquida das actividades operacionais		31 877 476	(9 889 622)

8.5 Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	Notas	2016	2015
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(6 849 027)	(7 476 177)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(187 575)	(149 492)
Aquisições de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações		-	22 212
Caixa líquida das actividades de Investimento		(7 036 602)	(7 603 457)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos		(2 398 789)	(1 343 360)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras		1 237 023	-
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras		136 243	1 638 016
Caixa líquida das actividades de financiamento		(1 025 523)	294 656
Variação de caixa e seus equivalentes		23 815 351	(17 198 423)
Caixa e seus equivalentes no início do período		70 901 904	88 100 327
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 e 5	94 717 255	70 901 904



Com disciplina e paciência é impossível perder um investimento.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

I. Nota introdutória

O Banco Sol S.A. (adiante igualmente designado por Banco Sol ou Banco), foi constituído por Escritura Pública a 1 de Outubro de 2000, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 15 de Março de 2004 que autorizou a sua constituição, encontrando-se sediado no gaveto da Rua Frederic Welwitchia, n° 47 com a Rua Lourenço Mendes da Conceição, n° 7 em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no Banco Nacional de Angola, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Adicionalmente, presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Para o efeito, em 31 de Dezembro de 2016 dispunha de uma rede nacional de cento e sessenta e uma (161 agências), treze (13) centros de empresas, catorze (14) caixas avançadas e oito (8) centros automáticos (150 agências, 13 centros de empresas, 13 caixas avançadas e 8 centros automáticos em 31 de Dezembro de 2015).

2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo, contudo, sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2017. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os câmbios do Kwanza Angolano (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	31.12.2015	31.12.2016
1 USD =	165,903	135,315
1 EUR =	185,379	147,832

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco Sol foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas

Normas Internacionais de Contabilidade - International Financial Reporting Standards - (NIC/ IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Banco adoptou as IFRS e as interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015 e que são as seguintes:

IFRS 1. Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

IFRS 7. Instrumentos financeiros: divulgações

IFRS 13. Mensurações de justo valor

IAS 1. Apresentação de demonstrações financeiras

IAS 2. Inventários

IAS 7. Demonstração dos fluxos de caixa

IAS 8. Políticas contabilísticas, mudanças nas estimativas contabilísticas e erros

IAS 10. Acontecimentos após o período de relativo

IAS 12. Impostos sobre os rendimentos

IAS 16. Activos fixos tangíveis
IAS 19. Benefícios dos empregados

IAS 21. Os efeitos das alterações em taxas de câmbio

IAS 23. Custos de empréstimos obtidos

IAS 24. Divulgações de partes relacionadas

IAS 26. Contabilizações e relato dos planos de benefícios de reforma

IAS 32. Instrumentos financeiros: apresentação

IAS 33. Resultados por acção

IAS 36. Imparidade de activos

IAS 37. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

IAS 38. Activos intangíveis

IAS 39. Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração

IFRIC 14

IAS 19. O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção.

Sendo relevante para o relato financeiro do Banco, não se aplicou ainda a IFRS 9 - Instrumentos financeiros – mensuração, a qual é de aplicação obrigatória a

partir de 1 de janeiro de 2018. Atendendo à natureza e estrutura da carteira de instrumentos financeiros, activos e passivos do banco, admitimos que a sua eventual aplicação antecipada não acarretaria impactos materialmente relevantes.

2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a moeda utilizada no ambiente económico em que o Banco opera (denominada “moeda funcional”), que corresponde ao Kwanza de Angola (AKZ).

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do período, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor.

2.3. Activos e passivos financeiros (IAS 32, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 13)

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção sejam imediatamente reconhecidos em resultados.

Nos termos do IFRS 13, entende-se por justo valor o montante que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data da contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo, ou métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente;
- Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
- Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

No momento da aquisição ou originação, os activos financeiros são classificados numa das quatro categorias previstas no IAS 39:

- activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- activos financeiros detidos até à maturidade;
- activos financeiros disponíveis para venda;
- créditos e outros valores a receber.

2.3.1. Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e em que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, podendo estar classificadas em posições detidas para negociação ou ao justo valor através de resultados.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada periodicamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações.

No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.3.2. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e

maturidades definidas, que o banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente, o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.3.3. Créditos e outros valores a receber

O crédito e valores a receber abrangem os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito e empréstimos sindicados que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros gastos e rendimentos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco, em cada operação de crédito, classifica como integralmente vencido o respectivo montante global logo que ocorra incumprimento de uma das suas prestações de capital ou juros, o que ocorre 30 dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso também são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em resultados em operações financeiras na rubrica ganhos e perdas na alienação de créditos a clientes. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em

contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações. Estas operações estão sujeitas a testes de imparidade.

Imparidade

Mensalmente, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc.), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

A avaliação da imparidade é efectuada em base individual para créditos de montante significativo e em base individual ou colectiva para as operações que não sejam de montante significativo.

Para efeitos de determinação de imparidade, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- Empresas:
 - Adiantamento a depositantes
 - Contas correntes caucionadas
 - Empréstimos
- Particulares:
 - Adiantamento a depositantes
 - Crédito ao consumo
 - Crédito à habitação
 - Microcrédito
 - Outros créditos

Análise individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuado operação a operação, tendo como referência a informação que consta dos modelos de análise de risco de crédito do Banco os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- exposição global do Cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto do Banco: operações financeiras ou não financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza

comercial ou garantias de boa execução);

- notação de risco do Cliente determinada através de um sistema de cálculo implementado no Banco. Esta notação de risco incorpora, entre outras, as características que seguidamente se apresentam:
 - situação económico-financeira do Cliente;
 - risco do sector de actividade em que opera;
 - qualidade de gestão do Cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Banco e pela existência de incidentes;
 - qualidade da informação contabilística apresentada;
 - natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do Banco;
 - crédito em situação de incumprimento superior a 30 dias.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas é calculado com base na diferença entre o valor contabilístico e a estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante um período correspondente à diferença entre a data de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não tenham sido apuradas perdas por imparidade, são incluídos num grupo de activos com características

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mA.KZ, excepto quando expressamente indicado)

de risco de crédito semelhantes, e a existência de imparidade é avaliada colectivamente. A determinação da imparidade para estes grupos de activos é efectuada nos termos descritos no ponto seguinte – Análise colectiva.

Os activos para os quais são apuradas perdas por imparidade na análise individual não são sujeitos ao registo de perdas por imparidade na análise colectiva.

Análise colectiva

Os cash flows futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base na experiência histórica de perdas para activos com características de risco de crédito semelhante.

A análise colectiva envolve a estimativa dos seguintes factores de risco:

- Possibilidade de uma operação ou Cliente em situação regular vir a demonstrar indícios de imparidade manifestados através de atrasos ocorridos durante o período de emergência (período de tempo que medeia entre a ocorrência do evento da perda e a identificação desse mesmo evento por parte do Banco).
- Conforme previsto no IAS 39, estas situações correspondem a perdas incorridas mas ainda não observadas, ou seja, casos em que, para parte da carteira de crédito, o evento de perda já ocorreu mas o Banco ainda não o identificou;
- Possibilidade de uma operação ou Cliente que já registou atrasos entrar em default (situação de contencioso) durante o prazo residual da operação;
- Perda económica das operações no caso de entrarem em situação de default.

Para a determinação da percentagem de perda estimada para as operações ou Clientes em situação de default são considerados os pagamentos efectuados pelos Clientes após o default e as recuperações por via da execução de garantias, deduzidos de custos directos do processo de recuperação. Os fluxos considerados são descontados à taxa de juro das operações e comparados com a exposição existente no momento do default. Os inputs para cálculo da imparidade colectiva são determinados com base em modelos estatísticos para grupos de crédito e revistos regularmente para aproximar os valores estimados aos valores reais.

Para as exposições com evidência objectiva de imparidade, o montante da perda resulta da comparação entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados. Para efeitos de actualização dos cash flows futuros é considerada a taxa de juros das operações na data de cada análise.

2.3.4. Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva. Os recursos que constituem depósitos à ordem, estão mensurados ao justo valor não sendo alvo da aplicação do custo amortizado.

2.3.5. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados segundo o sistema multi-currency, isto é, nas respectivas moedas de denominação. A conversão

para AKZ dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgada pelo Banco Nacional de Angola. Os rendimentos e gastos apurados nas diferentes moedas são convertidos para AKZ ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

2.4. Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Edifícios	10 a 50
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	7
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Outro equipamento	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os activos tangíveis do banco foram objecto até 2009 de aplicação factores de actualização monetária associados ao ambiente hiper inflacionário (ver nota 2.9.). Para os activos que ainda têm vida útil assume-se que o custo histórico depreciado, incluindo o efeito da correcção monetária, corresponde ao custo considerado à data da transição para a adopção das IFRS.

2.5. Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do activo o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.6. Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

Os trabalhadores do Banco estão inscritos na

Segurança Social. Contudo, o Banco assumiu o compromisso voluntário de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma por velhice e subsídio por morte, tendo para tal constituído um Fundo de Pensões de benefício definido, complementar ao Sistema de Segurança Social obrigatório. A pensão de reforma por velhice será atribuída a todos os empregados que tenham prestado, no mínimo, 6 anos de serviço contínuo a partir de 31 de Julho de 2006, momento a partir do qual é calculado o benefício. Desta forma, e tal como se encontra definido no Contrato de Constituição do Fundo, no momento da constituição do mesmo não existiam responsabilidades por serviços passados.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 7/2015, de 15 de Junho, foi revogado o disposto na Lei n.º 2/2000, nomeadamente, o definido nos artigos 218.º e 262.º da Lei Geral do Trabalho, que definiam a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador, determinada pela multiplicação de 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o Banco tinha constituído uma provisão no montante de mAKZ 204.830 (Nota 18) para fazer face a tais responsabilidades, provisão essa revertida no exercício de 2015.

Por outro lado, a Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei n.º 18/90, de 27 de Outubro,

que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários líquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Esta provisão é anualmente ajustada, à data do relato anual, por uma verba correspondente à diferença entre o total das responsabilidades e o valor existente no Fundo de Pensões.

27. Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)
Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Banco.

2.8. Impostos sobre os lucros (IAS 12)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, tendo sido alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações e juros de títulos.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes

diferenças tributárias dedutíveis ou do reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

2.9. Reserva de actualização monetária do capital social

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiper inflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;

iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;

iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços;

v. A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de "Resultado da actualização monetária" da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica "Capital social", que deve ser classificada numa rubrica específica ("Reserva de actualização monetária do Capital social") que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Banco não procedeu à actualização monetária dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiper inflacionária, nos termos do normativo em vigor.

Durante o exercício de 2009, o Banco procedeu à actualização monetária do seu activo tangível no montante de mAKZ 73.932, de acordo com a evolução do Índice de Preços do Consumidor, tal como preconizado no anterior Plano de Contas para as Instituições Financeiras (PCIF).

2.10. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas áreas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais, pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e taxas de desconto. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Banco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes. Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados pelo Banco, têm impacto nas estimativas efectuadas.

Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e estes possam ser determinados com fiabilidade. O montante da

provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Justo valor de activos financeiros não cotados

O justo valor dos activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados. A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização destes instrumentos financeiros em algumas situações específicas, incluindo a alienação antes da respectiva maturidade.

Neste âmbito, incluem-se os Bilhetes do Tesouro que estão registados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido do respectivo prémio ou desconto face ao valor nominal, por se entender que este reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (inferiores a um ano).

Impostos sobre lucros

Os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação

futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura.

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do Artigo 4º da Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30% para os exercícios de 2015 e 2014 (Nota 29).

A legislação fiscal angolana permite que as perdas fiscais possam ser utilizadas por um período até 3 anos.

3. Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro / international financial reporting standards

A adopção pela primeira vez das IFRS, provocou, quer alterações ao nível da classificação e formas de apresentação das rubricas do relato financeiro, quer, sobretudo, impactos pelos ajustamentos com significado na expressão valorativa do activo, dos resultados e, naturalmente, dos Fundos Próprios do Banco.

Nos termos da IFRS 1, as primeiras demonstrações financeiras nos termos das IFRS, deverão incluir informação comparativa construída de acordo com este referencial, o que implicou alterações na informação financeira referente ao período findo em

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

31 de Dezembro de 2015, por oposição ao relato financeiro estatutariamente aprovado e relativamente a esse mesmo exercício.

Apresenta-se abaixo o detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos nos Fundos Próprios, reportados a 1 de Janeiro de 2015 para efeitos de transição do antigo referencial (CONTIF) para as IFRS, assim como, a reconciliação das quantias de Fundos Próprios e de Rendimento Integral (resultado líquido), quer na

data de transição (1 de Janeiro de 2015), quer para o período findo em 31 de Dezembro de 2015, último ano de relato em CONTIF:

Adicionalmente, a reconciliação entre o rendimento integral do ano de 2015, apurado nos termos do CONTIF e o obtido nos termos das IFRS, é a seguinte:

Descrição	01.01.2015 (data da transição)	31.12.2015 (último relato em CONTIF)
Fundos Próprios de acordo com o anterior referencial contabilístico (CONTIF)	17.555.700	23.708.556
Ajustamentos da transição:		
Aplicação do método da taxa de juro efectiva aos rendimentos da carteira de crédito	(682.466)	
Imparidade na carteira de crédito	(32.816)	
Total dos ajustamentos à data da transição	(715.282)	(715.282)
Ajustamentos no rendimento integral (resultado líquido) do período comparativo (2015)		(165.002)
Fundos Próprios de acordo com o novo referencial contabilístico (IFRS)	16.840.418	22.828.272

2015
(Ano comparativo / pro-forma)

Reconciliação do rendimento integral do período

Rendimento integral (resultado líquido) de acordo com o anterior referencial contabilístico (CONTIF)	7.496.216
Aplicação do método da taxa de juro efectiva aos rendimentos da carteira de crédito	11.488
Imparidade na carteira de crédito	(176.491)
Total do ajustamento no rendimento integral (resultados) de 2015 (período comparativo)	(165.002)
Rendimento integral (resultado líquido de acordo com o novo referencial contabilístico (IFRS)	7.331.214

Descrevem-se em seguida os motivos pelos quais ocorreram os ajustamentos e impactos acima quantificados, por força da adopção das IFRS:

(a) Aplicação do método da taxa de juro efectiva aos rendimentos da carteira de crédito

A adopção plena da IAS 39, relativa à mensuração dos Instrumentos Financeiros, determinou a aplicação do custo amortizado à carteira de crédito, o qual faz apelo ao uso da taxa de juro efectiva, quer na mensuração do valor do activo à data de relato, quer a uma linearização temporal do reconhecimento dos rendimentos obtidos com crédito concedido, os quais fazem apelo à consideração na mesma base metodológica, quer da taxa de juro contratual estabelecida com os clientes, quer à consideração de comissões e outros rendimentos associados à carteira de crédito.

Desse modo, a linearização em resultados dos rendimentos com a carteira de crédito, implicou uma diminuição dos resultados de períodos passados, em que ocorreu uma maior concentração de proveitos nas fases iniciais do período de crédito. Inversamente, essa linearização no apuramento dos resultados em IFRS no ano de 2015, após o ajustamento de transição antes efectuado, e assumindo já uma plena aplicação do método da taxa de juro efectiva, gerou em IFRS rendimentos da carteira com uma expressão comparativamente maior do que a relatada em CONTIF.

Contabilmente, os impactos em causa repercutem-se na margem financeira e no activo referente ao crédito concedido a clientes. Os impactos à data de transição projectaram-se nos resultados transitados.

(b) Imparidade na carteira de crédito

A adopção plena da IAS 39, relativa à mensuração dos Instrumentos Financeiros, também determinou a aplicação ao Banco de um modelo de determinação da imparidade na carteira de crédito, o qual confrontado com a abordagem padrão antes utilizada, introduziu novos fatores de avaliação de indícios e de mensuração do risco de imparidade associados à carteira de crédito, incrementando as estimativas prudenciais de cálculo dessa imparidade. Daí que, quer numa perspectiva de apuramento da imparidade acumulada, quer numa óptica de reforço líquido anual da mesma (confrontando agravamentos do risco com reversões no cálculo desse risco), a nova abordagem de imparidade se tivesse reflectido numa diminuição no valor recuperável do crédito, face ao seu valor contabilístico.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Contabilisticamente, os impactos descritos repercutem-se nos resultados, na rubrica da imparidade do crédito concedido líquido de reversões, por contrapartida duma diminuição do activo referente ao crédito concedido. À data de transição, o impacto imputável a resultados de períodos passados, repercutiu-se em resultados transitados.

4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa:		
Notas e moedas nacionais	5.840.192	10.274.259
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Dólares dos Estados Unidos	86.299	1.417.394
Em Euros	873.774	93.327
Em outras divisas	30.445	42.446
	-----	-----
	6.830.710	11.827.426
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):		
Em moeda nacional	48.532.300	35.884.519
Em Dólares dos Estados Unidos	1.778.480	2.140.683
	-----	-----
	50.310.780	38.025.202
	-----	-----
Total	57.141.490	49.852.628

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados. As reservas obrigatórias são exigidas em moeda nacional, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

De acordo com o disposto no instrutivo n.º 16/2015, os montantes das reservas obrigatórias são actualizados semanalmente através da aplicação de uma percentagem de 15% sobre a média aritmética dos passivos elegíveis em moeda nacional e estrangeira, sendo realizáveis através de depósitos à ordem mantidos no BNA e até 10% em Obrigações do Tesouro, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015.

5. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Commerzbank	11.514.048	13.201.809
Byblos Bank Europe, SA	11.019.781	476.322
Visa Settlement	5.250.326	1.747.708
Banco BPI	4.426.634	258.214
Banco BIC Português	1.962.735	495.278
Visa Mastercard	834.926	
Millennium BCP	737.536	179.546
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.	678.261	3.534.578
First National Bank, SA	11.446	36.914
	-----	-----
	36.435.693	19.930.369
Créditos no Sistema de Pagamentos		
ATM	236.186	304.207
Remessa de Valores	269.130	297.628
Regularização de Cartões Expirados Visa Kumbu	210.267	-
Compensação MONEYGRAM	80.374	96.664
Cheques a cobrar	73.390	331.695
Outros	270.725	88.713
	-----	-----
	1.140.072	1.118.907
	-----	-----
Total	37.575.765	21.049.276

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito – Visa Settlement” inclui os montantes de mAKZ 2.836.589 e mAKZ 2.313.258, respectivamente, relativos aos depósitos colaterais efectuados pelo Banco no âmbito do denominado produto “Cartão Visa Kumbu”.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos à ordem mantidos junto de outras instituições de crédito não eram remunerados.

6. Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica não registou qualquer quantia em 2016, no final de 2015 a quantia em aberto tinha a seguinte composição:

	2015
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:	811.890
. Commerzbank	-----
	811.890
	=====
Juros a receber	2.270
	814.160

Em 31 de Dezembro de 2015, as aplicações de liquidez, excluindo os juros a receber, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

		2015	
	Taxa Média de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Em Kwanzas	0,00%	-	-
Em Dólares dos Estados Unidos	0,28%	6.000.000	811.890

			811.890
			=====

7. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro 2016 (em 2015, o Banco não era titular de qualquer activo desta natureza), a composição dos activos financeiros ao justo valor através de resultados é apresentada como segue:

	2016				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
Títulos mantidos para negociação					
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	153.958	153.958
	=====	=====	=====	=====	=====

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

A remuneração dos títulos era a seguinte:

2016				
	Taxa de juro média	Custo de aquisição	Prémio/ desconto corrido	Valor de balanço
Títulos mantidos para negociação				
Bilhetes do Tesouro	13,19%	150.000	3.958	153.958
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2016, os activos financeiros ao justo valor através de resultados apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

2016	
Até três meses	153.958
De três a seis meses	-
De seis meses a um ano	-

	153.958
	=====

8. Investimentos detidos até à maturidade

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2016									
	País	Moeda	Valor nominal	Custo de aquisição	Prémio/desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de média
Obrigações de Tesouro em moeda nacional									
Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	Angola	AKZ	66.793.450	66.124.407	168.368	989.895	67.282.670	-	7,27%
Obrigações de Tesouro em moeda estrangeira (USD)	Angola	USD	8.223.812	8.220.527	2.763	223.522	8.446.812	-	4,89%
			75.017.262	74.344.934	171.131	1.213.417	75.729.482	-	

2015									
	País	Moeda	Valor nominal	Custo de aquisição	Prémio/desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de média
Obrigações de Tesouro em moeda nacional									
Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	Angola	AKZ	57.625.720	78.621.548	67.342	1.180.280	79.869.170	-	7,07%
Kwanzas	Angola	AKZ	40.341.500	40.209.975	98.508	664.530	40.973.013	-	7,18%
Obrigações de Tesouro em moeda estrangeira (USD)	Angola	USD	6.880.818	6.880.818	3.209	22.635	6.906.662	-	4,84%
			104.848.038	125.712.341	169.058	1.867.445	127.748.844	-	

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2016			2015		
	Valor de balanço			Valor de balanço		
	Taxa Fixa	Libor 6 meses	Total	Taxa Fixa	Libor 6 meses	Total
Obrigações do Tesouro em moeda nacional:						
. Indexadas ao Dólar dos Estados Unidos	67.282.670		67.282.670	79.869.169	-	79.869.169
. Não Reajustáveis	-	-	-	40.973.013	-	40.973.013
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira (USD)	8.004.984	441.828	8.446.812	6.368.855	537.807	6.906.662
	75.287.654	441.828	75.729.482	127.211.037	537.807	127.748.844

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os títulos detidos até à maturidade apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2016	2015
Activo corrente:		
Até três meses	10.819.008	6.248.949
De três a seis meses	2.670.784	17.945.962
De seis meses a um ano	7.720.363	30.833.804
Activo não corrente		
De um a três anos	14.261.042	56.702.361
De três a cinco anos	31.230.743	9.648.913
Superior a cinco anos	9.027.542	6.368.855
	75.729.482	127.748.844

9. Crédito a clientes

Apresenta-se a seguir, a estrutura da carteira de crédito concedido a clientes, em 2016 e 2015:

	2016	2015
Empresas		
Moeda Estrangeira		
Empréstimos	8.819.342	7.513.453
Adiantamento a depositantes	13.858	11.376
	8.833.200	7.524.829
Moeda Nacional		
Empréstimos	136.155.763	62.539.249
Contas correntes caucionadas	24.442.146	10.641.404
Adiantamento a depositantes	2.530.688	1.044.700
Microcrédito	155.417	98.431
	163.284.014	74.323.784
Total de crédito a empresas	172.117.214	81.848.613
Particulares		
Moeda Estrangeira		
Habitação	255.965	241.493
Adiantamento a depositantes	55.890	44.949
Outros empréstimos	526.646	646.526
	838.501	932.968
Moeda Nacional		
Habitação	19.230.666	17.147.696
Consumo	2.228.438	2.090.172
Microcrédito	1.488.594	930.444
Adiantamento a depositantes	732.051	468.468
Outros empréstimos	6.033.445	6.796.337
	29.713.194	27.433.117
Total de crédito a particulares	30.551.695	28.366.085
Total de crédito a clientes	202.668.909	110.214.698
Imparidade para risco de crédito	(13.662.676)	(10.482.202)
	189.006.233	99.732.496

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Do movimento na imparidade de crédito a clientes, ocorridos em 2016 e 2015, registou-se:

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	10.449.386	8.595.116
Dotação do exercício	32.395.122	18.082.782
Reposições e Anulações	(28.990.480)	(16.288.488)
Utilização de imparidade	(14.861)	(491.226)
Diferenças cambiais	-	551.202
Saldo em 31 de dezembro	13.839.167	10.449.386

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o maior cliente de crédito do Banco representava 3,79% e 7,95% do total da carteira de crédito respectivamente. Adicionalmente o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representavam, naquelas datas, aproximadamente, 59,84% e 47,39% da carteira de crédito respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 20,47% e 10,55%, respectivamente, para crédito em moeda nacional e de 10,84% e 10,84%, respectivamente, para o crédito expresso em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a entidades relacionadas do Banco

ascendia a mAKZ 22.087.684 e mAKZ 15.942.739, respectivamente (Nota 30).

Em 31 de Dezembro de 2016 existem financiamentos garantidos por instrumentos financeiros, designadamente Instrumentos de Dívida emitidos pelo Estado Angolano, cujo valor ascende a cerca de 71.700 milhões de Kwanzas.

Durante os exercícios de 2016 e de 2015 não foram recebidas por dação em cumprimento quaisquer activos reais associados a incumprimento de crédito de clientes.

A decomposição do crédito a clientes e a da imparidade atribuída de acordo com a análise individual e colectiva, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi a seguinte:

2016

	Classe de incumprimento					Total
	Crédito vincendo	Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias	Crédito vencido há mais de 180 dias	
Com imparidade atribuída com base na análise individual						
Crédito a clientes	191.735.588	307.600	46.480	209.318	743.602	193.042.588
Imparidade	(12.141.882)	(2.379)	(6.809)	(105.799)	(446.028)	(12.702.897)
	179.593.706	305.221	39.671	103.519	297.574	180.339.691
Com imparidade atribuída com base na análise colectiva						
Crédito a clientes	8.042.122	245.115	170.981	237.357	930.746	9.626.321
Imparidade	(499.917)	(426)	(7.254)	(45.381)	(406.801)	(959.779)
	7.542.205	244.689	163.727	191.976	523.945	8.666.542
	187.135.911	549.910	203.398	295.495	821.519	189.006.233

2015

	Classe de incumprimento					Total
	Crédito vincendo	Crédito vencido até 30 dias	Crédito vencido entre 30 e 90 dias	Crédito vencido entre 90 e 180 dias	Crédito vencido há mais de 180 dias	
Com imparidade atribuída com base na análise individual						
Crédito a clientes	81.254.728	14.596	4.873	136.877	383.809	81.794.883
Imparidade	(8.692.853)	(348)	(592)	(79.575)	(270.254)	(9.043.622)
	72.561.875	14.248	4.281	57.302	113.555	72.751.261
Com imparidade atribuída com base na análise colectiva						
Crédito a clientes	26.517.975	894.702	361.639	175.722	469.777	28.419.815
Imparidade	(1.289.565)	(679)	(24.481)	(27.797)	(96.058)	(1.438.580)
	25.228.410	894.023	337.158	147.925	373.719	26.981.235
	97.790.285	908.271	341.439	205.227	487.274	99.732.496

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

De salientar que, segundo a política do Banco, um crédito considera-se em incumprimento total, quer na parte vencida quer na parte vincenda, quando ocorra incumprimento do cliente no pagamento de qualquer prestação de capital ou juros, logo que ultrapassados 30 dias de atraso.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o crédito concedido a clientes, desagregado por níveis de rating praticados pelo Banco, de acordo com Aviso n.º 11/2014, de 17 de dezembro, relativo aos requisitos específicos para operações de crédito tem a seguinte composição:

		2016		
Origem do <i>Rating</i>	Nível de <i>Rating</i>	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito a clientes				
<i>Rating</i> Interno	Mínimo	1.767.632	(28.255)	1.739.377
	Muito Baixo	99.371.902	(5.509.303)	93.862.599
	Baixo	40.519.994	(1.263.612)	39.256.382
	Moderado	9.953.828	(711.918)	9.241.910
	Elevado	28.564.347	(2.238.656)	26.325.691
	Muito elevado	8.519.508	(564.968)	7.954.540
	Máximo	13.971.698	(3.345.964)	10.625.734
		202.668.909	(13.662.676)	189.006.233
		2015		
Origem do <i>Rating</i>	Nível de <i>Rating</i>	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Crédito a clientes				
<i>Rating</i> Interno	Mínimo	12.823	(343)	12.480
	Muito Baixo	57.339.899	(2.017.911)	55.321.988
	Baixo	21.724.451	(2.135.973)	19.588.478
	Moderado	10.651.410	(1.605.436)	9.045.974
	Elevado	16.125.553	(3.410.224)	12.715.329
	Muito elevado	1.181.229	(161.174)	1.020.055
	Máximo	3.179.333	(115.141)	2.028.192
		110.214.698	(10.482.202)	99.732.496

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a concentração sectorial dos clientes por crédito, garantias prestadas e imparidade, tinha a seguinte estrutura:

	2016						
	Crédito a Clientes				Imparidade		
	Vincendo	Vencido	Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Valor	Imparidade / Exposição Total
Empresas							
Serviços	56.403.840	336.468	7.266.416	64.006.724	29,5%	(5.033.177)	7,9%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória	2.094.036	-	-	2.094.036	1,0%	(62.789)	3,0%
Comércio por grosso e a retalho	68.497.481	206.281	5.928.737	74.632.499	34,4%	(3.149.637)	4,2%
Educação	7.294.713	13.451	-	7.308.164	3,4%	(445.367)	6,1%
Construção	22.519.040	28.047	758.854	23.305.941	10,7%	(1.535.327)	6,6%
Indústria extractiva e transformação	6.674.294	52.476	42.407	6.769.177	3,1%	(344.324)	5,1%
Transporte e comunicações	4.005.129	-	386.190	4.391.319	2,0%	(963.068)	21,9%
Agricultura, produção animal pescas e silvicultura	3.245.194	2.096	15.310	3.262.600	1,5%	(34.458)	1,1%
Saúde e Acção Social	43.509	400	-	43.909	0,0%	(4.923)	11,2%
Actividades Imobiliárias	700.759	-	42.429	743.188	0,3%	(79.139)	10,6%
	171.477.995	639.219	14.440.343	186.557.557	85,9%	(11.652.209)	6,2%
Particulares							
Habituação	18.318.329	1.168.302	-	19.486.631	9,0%	(578.888)	3,0%
Consumo	2.055.336	173.102	-	2.228.438	1,0%	(69.328)	3,1%
Outros Fins	7.926.050	910.576	63.698	8.900.324	4,1%	(1.904.008)	21,4%
	28.299.715	2.251.980	63.698	30.615.393	14,1%	(2.552.224)	8,3%
	199.777.710	2.891.199	14.504.041	217.172.950	100,0%	(14.204.433)	6,5%

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

	2015						
	Crédito a Clientes			Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido	Garantias Prestadas			Valor	Imparidade / Exposição Total
Empresas							
Serviços	39.845.511	11.646	1.496.125	41.353.282	19,0%	(5.070.347)	12,3%
Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória	2.246.457	-	-	2.246.457	1,0%	(55.344)	2,5%
Comércio por grosso e a retalho	21.513.188	452.290	5.843.371	27.808.849	12,8%	(2.372.372)	8,5%
Educação	103.384	21.363	-	124.747	0,1%	(27.832)	22,3%
Construção	5.344.445	7.962	497.787	5.850.194	2,7%	(693.967)	11,9%
Indústria extractiva e transformação	5.284.121	46.896	444.950	5.775.967	2,7%	(229.308)	4,0%
Transporte e comunicações	3.270.652	-	1.021.658	4.292.310	2,0%	(255.220)	5,9%
Agricultura, produção animal pescas e silvicultura	2.924.621	-	40.863	2.965.484	1,4%	(144.548)	4,9%
Saúde e Acção Social	108.616	-	-	108.616	0,1%	(32.993)	30,4%
Actividades Imobiliárias	667.461	-	34.484	701.945	0,3%	(190.189)	27,1%
	81.308.456	540.157	9.379.238	91.227.851	42,0%	(9.072.120)	9,9%
Particulares							
Habituação	16.577.266	811.923	-	17.389.189	8,0%	(215.987)	1,2%
Consumo	1.813.914	276.258	-	2.090.172	1,0%	(42.617)	2,0%
Outros Fins	8.073.067	813.657	51.161	8.937.885	4,1%	(1.180.132)	13,2%
	26.464.247	1.901.838	51.161	28.417.246	13,1%	(1.438.736)	5,1%
	107.772.703	2.441.995	9.430.399	119.645.097	55,1%	(10.510.856)	8,8%

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as operações de crédito concedidas e objecto de alterações de condições contratuais têm a seguinte composição:

	2016			
	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	36.862.890	128.836	36.991.726	(3.580.011)
Particulares				
Consumo	160.717	1.456	162.173	(2.955)
Habitação	1.783.956	621.816	2.405.772	(563.824)
Outros fins	1.039.204	21.293	1.060.497	(275.846)
	2.983.877	644.565	3.628.442	(842.625)
	39.846.767	773.401	40.620.168	(4.422.636)

	2015			
	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	38.017.671	90.640	38.108.311	(4.915.185)
Particulares				
Consumo	187.004	5.404	192.408	(6.439)
Habitação	2.318.061	70.455	2.388.516	(102.187)
Outros fins	1.090.071	88.170	1.178.241	(174.142)
	3.595.136	164.029	3.759.165	(282.768)
	41.612.807	254.669	41.867.476	(5.197.953)

Os princípios básicos da política de concessão de crédito e imparidade com créditos podem ser resumidos como segue:

1. A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pela Supervisão, o Banco Nacional de Angola;

2. No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e colateralização);

3. Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a apostar na consolidação do ambiente de controlo, em conformidade com o seu perfil de risco prudente.

Ao considerar o Risco de Crédito, os principais aspectos a avaliar são:

a) Em termos de default/contraparte:

i. Nível e tendência do crédito em incumprimento;

ii. Incumprimento por parte das contrapartes junto do sistema financeiro;

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

iii. Grau de reconhecimento contabilístico de imparidade acumulada.

b) Em termos de concentração:

i. Concentração em número limitado de contrapartes, ou exposição excessiva a sectores de actividade e/ou países;

ii. Número elevado de mutuários relativamente aos quais o Banco é o maior credor;

iii. Concentração da exposição em determinadas maturidades.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal. Desta forma, os níveis de tolerância definidos passam por:

a) Criar planos de acção extraordinários (acompanhamento/monitorização/recuperação) para crédito vencido que registe um acréscimo superior a 5%, em relação ao ano anterior;

b) Vedar concessão de crédito para remunerações do risco (por tipo/por montante) inferiores à taxa de juro equivalente à taxa Luibor com maturidade de 90 dias;

c) Vedar concessão de crédito quando a exposição a uma determinada entidade exceda 25% dos fundos próprios.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existiam imóveis de uso próprio reavaliados. Existe nos Fundos Próprios uma reserva de reavaliação, de valor mAKZ 301.233 (igual em 2015), fruto da actualização monetária efectuada no passado a que aludem as notas 2.4 e 2.9.. O custo depreciado dos activos fixos do banco incorpora essa valorização, a qual foi assumida como custo considerado à data de 1 de Janeiro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a subrubrica de "Activos em curso", apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Mobiliário diverso	956.932	573.714
Equipamento informático	255.643	362.192
Despesas incorridas com balcões a inaugurar:		
Instalações Alvalade	774.200	-
Instalações Private Bank	433.507	-
Dependência do Ganda	318.305	65.490
Dependência Kicuxi	317.451	-
Dependência Moxico	292.001	-
Instalações Benguela	249.060	-
Instalações do Liro/ Lobito	186.343	108.107
Dependência do Hoji Ya Henda	175.841	10.034
Instalações Ingombotas	135.000	-
Instalações Micro-Crédito Golfe II	114.871	-
Instalações Distrito Urbano Rangel	106.916	-
Centro de empresas de Cabinda	86.425	-
Instalações Município do Cazenga	82.586	-
Instalações do Clese do Kilamba	34.444	47.890
Dependência Patriota	-	252.396
Agencia Projecto Morar Viana	-	163.938
Nova Dependência do Fútila - Cabinda	-	149.048
Instalações de Ondjiva	-	144.977
Instalações na Kaope Park (Cacuaco)	-	134.388
Instalações do Massango	-	99.473
Instalações da Santa Clara	-	48.292
Outros balcões	172.322	138.599
Outros activos em curso	9.695	514.497
	-----	-----
	4.701.542	2.813.035

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo das rubricas “Mobiliário diverso” e “Equipamento informático” refere-se à aquisição de mobiliário e equipamento informático, respectivamente, para alocação aos futuros balcões do Banco, cuja inauguração se prevê ocorrer nos próximos exercícios.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os principais investimentos efectuados pelo Banco ao nível dos outros activos tangíveis e activos intangíveis corresponderam essencialmente a obras efectuadas em balcões propriedade de terceiros e à aquisição de equipamentos informáticos.

II. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Participações em outras sociedades:		
No país	333.376	333.376
No estrangeiro	87.978	70.159
	-----	-----
	421.354	403.535
Outros investimentos:		
No país	1.209	1.209
	-----	-----
	422.563	404.744
Imparidade	(422.563)	(404.744)
	-----	-----
	-	-
	=====	=====

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detinha as seguintes participações financeiras registadas ao custo de aquisição:

Participada	Crédito a Clientes					Imparidade	
	Sede	Actividade	Moeda	Capital Social (em milhares)	% de Participadas	2016	2015
Participações em outras sociedades no País							
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços, S.A.	Luanda	Serviços bancários	AKZ	1.116.812	3,08%	124.631	124.631
BVDA- Bolsa de Valores e Derivados de Angola	Luanda	Serviços financeiros	AKZ	1.343.000	0,95%	14.255	14.255
SOPRO'S- Sociedade Angolana de Promoção de Shoppings, S.A.	Luanda	Gestão e exploração Shopping	AKZ		8,0%	194.490	194.490
						333.376	333.376
Participações em outras sociedades no Estrangeiro							
Gallei, SGPS, S.A.	Lisboa	Serviços financeiros	EUR	470.925.000	0,07%	87.978	70.159
						421.354	403.535
Outros investimentos no País							
Sodecom, S.A.						800	800
Suninvest, S.A.						409	409
						1.209	1.209
						422.563	404.744

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém uma participação de 3,08%, no capital desta empresa.

A SOPRO'S foi constituída em Angola com a função de gestão e exploração de shoppings. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco detém uma participação de 8%, no capital desta empresa.

No exercício de 2007, o Banco adquiriu uma participação correspondente a 1.419 acções no capital da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola, S.A. pelo montante de mAKZ 14.255.

A Galilei, SGPS, S.A. é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública de 11 de Setembro de 1998 sob a denominação "SLN – Sociedade Lusa de Negócios, S.A.", tendo por objectivo a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. A referida alteração da denominação social ocorreu em 20 de Julho de 2010. De acordo com informações obtidas esta participada entrou em processo de liquidação em Agosto de 2016.

A variação ocorrida no exercício em apreço resulta de actualização cambial (ver nota 17).

Os movimentos ocorridos na imparidade em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, em 2016 e 2015, foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	404.744	177.299
Dotação do exercício	-	216.701
Utilização de imparidade	-	-
Diferenças cambiais	17.819	10.744
Saldo em 31 de Dezembro	422.563	404.744

A última informação financeira disponível das participadas é como segue:

Participada	Moeda	Activo líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Galilei, SGPS, S.A. (**)	mEUR	434.838	51.416	(947)	
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços, S.A. (*)	mAKZ	5.595.471	1.551.051	32.813	-
SOPRO'S- Sociedade Angolana de Promoção de Shoppings, S.A. (**)	mAKZ	n.a.	n.a.	n.a.	-
BVDA- Bolsa de Valores e Derivados de Angola (**)	mAKZ	n.a.	n.a.	n.a.	-
Sodecom, S.A. (**)	mAKZ	n.a.	n.a.	n.a.	-
Suninvest, S.A. (**)	mAKZ	n.a.	n.a.	n.a.	-
n.a. - não aplicável					-
(*) - Valores reportados a 31 de Dezembro de 2015					
(**) - Valores reportados a 31 de Dezembro de 2014					
(***) - Não existe informação disponível					

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, relativamente às participadas EMIS – Empresa Interbancária de Serviços S.A., BVDA – Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Galilei SGPS, S.A. não existiam créditos e obrigações entre o Banco e tais participadas.

12. Activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos no final de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, no montante de mAKZ 883.864 e mAKZ 690.464, dizem respeito a custos com provisões que não são fiscalmente aceites, constituindo diferenças temporárias dedutíveis.

13. Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Devedores:		
Outras aplicações – Sector público administrativo		
. Imposto de circulação	44.853	102.578
. Outros	2.461.751	1.705.740
Outras aplicações – Sector privado		
. Adiantamentos a fornecedores	260.646	1.971
	2.767.250	1.810.289
Despesas com custo diferido:		
Comparticipação a colaboradores - Aquisição de imóveis	329.856	427.231
Rendas e alugueres	210.444	207.385
Outros	10.430	12.208
	550.730	646.824
Outras contas de regularização do activo:		
. Falhas de Caixa	45.045	56.715
. Custos em suspenso	4.232.578	349.864
. Outros	33.305	25.669
	4.310.928	432.248
Inventários comerciais	-	328.551
Outros	390	390
	390	328.941
	7.629.298	3.218.302

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Devedores - Outras aplicações – Sector público administrativo - Imposto de circulação” refere-se a selos de circulação de veículos automóveis emitidos pelo Estado Angolano, os quais são comercializados pelo Banco. Estes selos são adquiridos a desconto, sendo registados pelo seu valor de venda. A diferença entre este e o custo de aquisição é registada como proveito diferido, sendo reconhecida ao longo do período compreendido entre a data de aquisição e a data limite de venda ao público de tais selos, independentemente das vendas que o Banco vier a efectuar.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Devedores - Outras aplicações – Sector público administrativo – Outros” inclui o montante de mAKZ 1.173.390 e mAKZ 896.188, respectivamente, relativo às comissões cobradas à Alfândega do Porto de Luanda no âmbito dos serviços prestados pelo Banco ao nível de arrecadação de receitas. Em 31 de Dezembro de 2016, a referida rubrica inclui ainda mAKZ 632.311 e mAKZ 225.483, respectivamente referentes a comissões cobradas no âmbito dos serviços prestados ao nível de arrecadação de receitas alfandegárias efectuadas noutras agências do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Despesas com custo diferido – Participação a colaboradores – Solarium Vereda das Flores” corresponde à participação efectuada pelo Banco a alguns dos seus colaboradores para a aquisição

de habitação própria no denominado condomínio Solarium Vereda das Flores. A participação efectuada pelo Banco correspondeu a 50% do valor de aquisição dos imóveis, estando a mesma a ser reconhecida de forma linear na rubrica da demonstração de resultados “Custos com pessoal - Outros custos – Participações a empregados” ao longo do período mínimo (10 anos) durante o qual o colaborador terá de estar vinculado contratualmente ao Banco (Nota 26). Adicionalmente, durante o exercício de 2012, o Banco decidiu igualmente participar a 100% os equipamentos de ar condicionado e de cozinha nas habitações acima referidas no montante total de mAKZ 237.402. Estas despesas adicionais encontram-se a ser amortizadas ao longo de um período de 10 anos. Caso o colaborador cesse funções antes do período mínimo acima referido, o mesmo fica devedor perante o Banco da participação atribuída.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de “Outras contas de regularização do activo - Custos em suspenso”, inclui o montante de mAKZ 2.488.255, respeitantes a pagamentos efectuados pelo Banco Sol por conta de terceiros, os quais se prevê serem liquidados durante o exercício de 2017.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

14. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Recursos de Bancos Centrais e de OIC	57.591.907	10.000.000
Obrigações no Sistema de Pagamentos	2.927.961	2.056.514
	-----	-----
	60.519.868	12.056.514

As quantias acima indicadas são decompostas da seguinte forma:

	2016	2015
Recursos de instituições de crédito no país:		
Banco de Desenvolvimento de Angola	34.000.000	10.000.000
Banco Prestígio	2.000.000	-
Banco de Crédito do Sul	9.700.000	-
Banco Nacional de Angola	2.453.703	-
	48.153.703	10.000.000
Juros a receber		
	551.688	-
	48.705.391	10.000.000
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:		
Banco Privado Atlântico Europa	6.966.436	-
Banco BPI	1.261.425	-
Visa Settlement	645.198	-
Banco BIC Português	13.146	-
Commerzbank	311	-
	8.886.516	-
Relações entre instituições:		
Compensação de cheques e outros papéis		
Cheques visados	336.062	322.241
Cheques a pagar	24.685	24.564
Outras operações pendentes de liquidação		
Cartões VISA expirados	786.146	655.659
Carregamentos de cartões VISA	408.172	366.508
Compensação com EMIS e VISA	404.806	199.345
Compensação Mastercard	118.458	-
Cartões VISA anulados	116.775	95.700
Imposto predial urbano	99.724	76.751
Compensação STC	39.266	37.310
Compensação Moneygram	6.950	132.588
Outras operações	586.917	145.848
	2.927.961	2.056.514
	60.519.868	12.056.514

15. Recursos de clientes e outros empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à ordem	179.991.901	195.745.251
Depósitos a prazo	106.966.924	77.621.032
Outros depósitos	967.033	3.061.602
Juros a pagar	1.112.655	623.872
	-----	-----
	289.038.513	277.051.757
	=====	=====

Que se detalha por moeda e por sector da seguinte forma:

	2016	2015
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional		
Sector público	1.913.157	7.744.044
Empresas	112.516.505	120.886.237
Particulares	37.371.099	32.781.220
	151.800.761	161.411.501
Em moeda estrangeira		
Sector público	105.918	689.083
Empresas	19.119.586	23.424.981
Particulares	8.762.358	7.686.098
	27.987.862	31.800.162
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	893	2.419.094
Em moeda estrangeira	202.385	114.494
	203.278	2.533.588
Total de depósitos à ordem	179.991.901	195.745.251
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional		
Sector público	-	18.244.072
Empresas	45.155.842	33.632.107
Particulares	3.949.207	8.567.297
	49.105.049	60.443.476
Em moeda estrangeira		
Sector público	652.350	1.907.373
Empresas	48.608.773	12.261.077
Particulares	8.600.752	2.723.484
	57.861.875	16.891.934

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Que se detalha por moeda e por sector da seguinte forma:

	2016	2015
Depósito a prazo de não residente		
Em moeda nacional	-	283.336
Em moeda estrangeira	-	2.286
	-	285.622
Total de depósitos a prazo – capital	106.966.924	77.621.032
Juros a pagar	1.112.655	623.872
Total de depósitos a prazo	108.079.579	78.244.904
Outros depósitos		
Cartões VISA Kumbu	767.716	2.245.687
Protocolo campanha agrícola	167.610	167.610
Protocolo BDA	31.707	648.305
Outros depósitos	967.033	3.061.602
Total de depósitos de clientes	289.038.513	277.051.757

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Outros depósitos – Cartões Visa Kumbu” inclui os montantes depositados pelos clientes do Banco no âmbito dos carregamentos efectuados ao nível dos cartões VISA “Kumbu”.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Outros depósitos – Protocolo BDA” refere-se ao fundo de garantia depositado no Banco, no âmbito do protocolo celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Angola (“BDA”) para a realização

de operações de microcrédito de apoio a pequenos e médios produtores agro-pecuários. No âmbito da convenção financeira celebrada entre o Ministério das Finanças e o Banco, datada de 28 de Julho de 2005, relativamente à disponibilização de recursos financeiros de forma a garantir a implementação de um programa de concessão de microcrédito, a taxa de juro associada aos financiamentos do referido programa correspondia a 21% (sendo 16% suportada directamente pelo Ministério das

Finanças e 5% pelos respectivos clientes). Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Outros depósitos – Protocolo campanha agrícola” refere-se aos depósitos efectuados pelo Ministério das Finanças para fazer face à subsidiação da taxa de juro acima referida.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo de clientes, excluindo os respectivos juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2016			2015		
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Em milhares de Kwanzas angolanos	8,88%	-	57.861.875	7,20%	-	60.726.812
Em Dólares dos Estados Unidos	4,78%	114.648.886	19.020.594	1,12%	124.833.721	16.891.876
Em Kwanzas indexados	0,00001%	181.121.388	30.048.582	-	-	-
Em Euros	2,18%	193.514	35.873	4,33%	15.857	2.344
		295.963.789	106.966.924		124.849.578	77.621.032

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo de clientes, excluindo os juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2016	2015
Até três meses	71.624.375	33.362.108
De três a seis meses	19.894.831	32.602.264
De seis meses a um ano	15.138.359	11.378.008
Mais de um ano	309.359	278.652
	-----	-----
	106.966.924	77.621.032
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não são remunerados, com excepção de situações

específicas, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

16. Responsabilidades representadas por títulos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Responsabilidades representadas por títulos:		
Certificados de depósito		
em Dólares dos Estados Unidos	9.096.007	7.858.984
Juros a pagar	635.461	215.913
	9.731.468	8.074.897

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os certificados de depósito, excluindo os respectivos juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2016		2015			
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAKZ
Responsabilidades representadas por títulos:						
Certificados de depósito						
em Dólares dos Estados Unidos	6,39%	54.827.258	9.096.007	6,30%	58.079.177	7.858.984
			9.096.007			7.858.984

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os certificados de depósito, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2016	2015
Até três meses	6.415.984	218.668
De três a seis meses	93.145	1.381.197
De seis meses a um ano	1.495.376	814.646
Mais de um ano	1.091.502	5.444.473
	9.096.007	7.858.984

A remuneração destes títulos é efectuada de acordo com a taxa de juro acordada consoante o montante de subscrição e o prazo de reembolso. A maturidade total destes títulos é de 540 dias, sendo os mesmos amortizados ao par, de uma só vez, não sendo permitido o reembolso antecipado da emissão por iniciativa dos clientes.

17. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Provisão para compensação de reforma e fundo de pensões	1.794.134	1.442.724
Provisão para garantias e compromissos assumidos		
. Garantias prestadas	367.033	28.654
. Créditos documentários à importação	164.724	-
Provisão para contingência fiscal	25.708	25.708
Outras provisões	772.598	868.383
	3.124.197	2.365.469

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	2016					
	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Utilizações	Actualização Cambial	Reposições e Anulações	Saldos em 31-12-2016
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma	1.442.724	351.410	-	-	-	1.794.134
Provisão para garantias e compromissos assumidos						
. Garantias prestadas	28.654	575.376	-	-	(236.997)	367.033
. Créditos documentários à importação	-	166.806	-	-	(2.082)	164.724
Provisão para contingências fiscais	25.708	-	-	-	-	25.708
Outras provisões	868.383	-	-	-	(95.785)	772.598
	2.365.469	1.093.592	-	-	(334.864)	3.124.197

	2015					
	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Utilizações	Actualização Cambial	Reposições e Anulações	Saldos em 31-12-2016
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma	811.821	971.050	-	-	(340.147)	1.442.724
Provisão para garantias e compromissos assumidos						
. Garantias prestadas	28.654	-	-	-	-	28.654
. Créditos documentários à importação	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências fiscais	25.708	-	-	-	-	25.708
Outras provisões	500.886	568.580	-	57.284	(258.367)	868.383
	1.367.069	1.539.630	-	57.284	(598.514)	2.365.469

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Provisões para responsabilidades com pensões de reforma” inclui os montantes de mAKZ 1.794.134 e mAKZ 1.442.724, respectivamente, referente à estimativa de responsabilidades a pagar relativas ao Fundo de Pensões do Banco Sol.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras provisões” incluía os montantes de mAKZ 461.988 e mAKZ 486.130, respectivamente, para fazer face a um conjunto de itens que se encontravam por regularizar nas contas de depósitos à ordem mantidas pelo Banco junto do Banco Nacional de Angola e junto de outras instituições de crédito. A referida rubrica incluía ainda, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, um montante de mAKZ 266.559 e mAKZ 223.101, respectivamente, para fazer face a valores por regularizar presentes na rubrica “Outros activos”. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a acima indicada rubrica incluía ainda uma provisão para falhas de caixa no montante de mAKZ 44.051 e mAKZ 57.933, respectivamente.

No exercício de 2016 e 2015, o Banco solicitou à sociedade gestora do Fundo de Pensões do Banco Sol um estudo actuarial sobre o plano de pensões dos trabalhadores do Banco Sol, com referência a 31 de Dezembro de 2015, com o objectivo de quantificar as responsabilidades associadas ao mesmo, bem como para apurar o nível de contribuição a efectuar naquele exercício. Para efeitos de tal avaliação actuarial, na ausência de outra informação disponível, o Actuário responsável utilizou a tábua de mortalidade

oficial em Angola (ANGV-2020P). Como resultado daquele estudo, o Banco registou uma provisão no montante de mAKZ 1.794.134 e mAKZ 1.442.724, respectivamente, por forma a dar cumprimento à política contabilística.

Em 31 de Dezembro de 2016, as responsabilidades por serviços passados associadas ao Fundo de Pensões do Banco Sol ascendiam a mAKZ 2.580.593, para as quais o Banco dispunha de um Fundo de Pensões no valor de mAKZ 786.459 e de uma provisão constituída para o efeito de mAKZ 1.794.134.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas na preparação do referido estudo, em 31 de Dezembro de 2015, foram as seguintes:

2016	
Método actuarial	Unit Credit Project
Tábua de mortalidade	ANGV – 2020P
Tábua de invalidez	Não utilizada
Taxa de crescimento salarial	1%
Taxa de juro	4%
Número de empregados	506

A moeda de referência e de cálculo das responsabilidades com o Fundo de Pensões do Banco Sol foi o Kwanza Angolano. Adicionalmente, de acordo com o contrato de constituição do Fundo

de Pensões, compete exclusivamente ao Banco a decisão sobre a actualização ou não das pensões. Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco não se encontrava a considerar qualquer actualização de pensões.

Em 12 de Agosto de 2011, o Banco deu início ao processo para a realização de um novo contrato relativo ao Fundo de Pensões do Banco Sol. As principais alterações contempladas no âmbito do referido contrato foram:

- a) Alteração do plano de pensões de benefício definido para um plano de pensões de contribuição definida;
- b) Definição que as contribuições mensais dos participantes serão efectuadas mediante a entrega de uma percentagem sobre o seu salário mensal pensionável, às quais, em conformidade com a “tabela de contribuições” do referido contrato, corresponderá o nível de contribuição a efectuar pelo Banco;
- c) Definição que o Banco terá de efectuar, na data de início do novo plano de pensões, uma contribuição extraordinária para o Fundo a favor dos participantes activos em 30 de Junho de 2011, equivalente a 80% do “Salário pensionável” do participante, a multiplicar pelo número de anos de serviços passados a dividir por trinta;
- d) Que o início do novo plano contributivo iria ocorrer na última das seguintes datas: (i) em 1 de Janeiro

de 2012; (ii) na data de publicação em Diário da República da aprovação do novo contrato ou; (iii) na celebração do novo contrato por ambas as partes. No entanto, à data de aprovação das demonstrações financeiras, encontra-se por aprovar o novo contrato por parte do Ministério das Finanças e a respectiva publicação em Diário da República.

18. Passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Fundos de garantias	733.807	598.513
Outros	7.227	6.278
	741.034	604.791

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Fundo de garantia” estava associado a uma convenção financeira celebrada em 28 de Julho de 2005 entre o Banco Sol, o Banco de Poupança e Crédito (“BPC”) e a respectiva entidade promotora. A referida convenção tinha por objectivo a disponibilização de recursos financeiros, de forma a garantir a implementação de um programa de concessão de microcrédito a pequenos produtores agrícolas e equiparados e de crédito ao consumo a professores, enfermeiros e outros profissionais localizados nas zonas rurais e suburbanas, por parte dos referidos Bancos. O valor foi disponibilizado pela entidade promotora do programa em cooperação com o BPC e com o Banco Sol, ascendendo a USD

10.000.000, dos quais USD 8.000.000 seriam para concessão de crédito, USD 1.000.000 destinados ao microcrédito e crédito ao consumo e o restante para a constituição de um fundo de garantia para cobertura de crédito incobrável. No âmbito da convenção, os bancos cobriam a título de juros, uma taxa até 8 % com um período de carência nunca inferior a um ano nem superior a dois, consoante a natureza dos projectos. O valor destinado à concessão de crédito deveria ser reembolsado pelos Bancos sem juros. O reembolso seria efectuado em dez prestações semestrais iguais e consecutivas devendo a primeira ter lugar até 24 meses contados a partir dos respectivos desembolsos. Durante o exercício de 2010, face aos elevados níveis de incobrabilidade, o Banco utilizou a maior parte do “Fundo de garantia” (mAKZ 418.193) para liquidação das responsabilidades em atraso dos vários devedores creditícios, o qual foi reposto no decorrer do exercício de 2014. Adicionalmente, o Banco encontra-se a aguardar por parte da entidade promotora do programa, a recepção formal do consentimento a tal transacção.

19. Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Recursos vinculados a operações cambiais		
Recursos em cash	511.483	416.486
Imposto cobrado sobre operações bancárias:		
Contribuição especial sobre operações bancárias	649.217	-
Imposto selo	158.750	62.937
Outros	82.295	-
Imposto sobre o rendimento trabalho dependente	59.666	56.739
Fornecedores	906.170	1.249.582
Credores diversos	16.985	238.116
Salários e outras remunerações:	434.988	810.284
Contribuição a Segurança Social:		
Patronal	30.983	30.207
Empregados	11.619	11.328
Quotizações	3.839	7.487
Outros custos administrativos:		
Prémio de garantia	50.351	29.280
Outros	468.095	80.926
	3.384.441	2.993.372

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “fornecedores” correspondia a serviços prestados ao Banco por entidades diversas, cuja liquidação dos montantes em dívida ocorrerá de acordo com as datas contratualmente estabelecidas.

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Credores diversos” incluía o montante mAKZ 232.476 referente a remessas de fundos provenientes de agências do Banco Sol localizadas noutras províncias resultantes de depósitos efectuados pelos clientes do Banco para liquidação de impostos junto da Direcção Nacional do Tesouro. Estes montantes foram compensados junto do BNA no início de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Salários e outras remunerações” corresponde aos valores de férias e subsídio de férias, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores nos respectivos exercícios e cuja liquidação ocorrerá/ocorreu em 2017 e 2016, respectivamente.

20. Fundos próprios Capital social

O Banco foi constituído com um capital de mAKZ 49.400 (equivalente ao contravalor de 4.000.000 USD na data de constituição), representado por 4.000.000 de acções nominativas de um Dólar Americano cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante os exercícios de 2005 e 2007, o Banco aumentou o seu capital social em mAKZ 89.204 e mAKZ 80.264, respectivamente (equivalente a USD

1.000.000) integralmente realizado em dinheiro, passando a estar representado por 6.000.000 de acções nominativas de um Dólar Americano cada.

Adicionalmente, em reunião de Assembleia Geral de 27 de Março de 2008, foi deliberado o aumento de capital do Banco de USD 6.000.000 para USD 14.811.070 (equivalente a mAKZ 1.111.171).

Por despacho datado de 24 de Novembro de 2010, do Senhor Governador do Banco Nacional de Angola, foi autorizada a regularização à posteriori do aumento de capital social do Banco Sol ocorrido em 2008. Contudo, o valor do referido aumento do capital social inscrito na Certidão do Primeiro Cartório Nacional da Comarca de Luanda, datada de 15 de Março de 2011, não se encontrava concordante com a deliberação lavrada em Acta da Assembleia Geral de Accionistas do Banco, nem com a respectiva ratificação do Senhor Governador do Banco Nacional de Angola. Deste modo, em 13 de Abril de 2011, o Banco Nacional de Angola certificou novamente o valor total do aumento de capital social deliberado na reunião de Assembleia Geral de 27 de Março de 2008, passando o capital social do Banco, após o aumento realizado, para mAKZ 1.377.573 (equivalente a USD 18.362.013).

Em reunião da Assembleia Geral de 12 de Dezembro de 2011, foi definido o valor nominal de cada acção em AKZ 400,6, passando o capital social do Banco a ser representado por 3.438.775 acções. O registo daquela operação foi efectuado em 23 de Março de 2012 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda.

Por forma a dar cumprimento ao novo instrutivo normativo do BNA, o qual obriga os Bancos comerciais a evidenciar um capital social, equivalente em Kwanzas, a USD 25 milhões, o Banco deliberou em reunião da Assembleia Geral de 11 de Abril de 2014 o aumento de capital em mAKZ 3.622.460, encontrando-se o mesmo representado por 3.550.000 acções no valor nominal de AKZ 1.406,46. O registo desta operação foi efectuado em 09 de Dezembro de 2014 no Primeiro Cartório Notarial de Luanda, passando o capital social do Banco, para mAKZ 5.000.033.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	Número de acções	Percentagem
Sansul, S.A.	1.810.500,00	51,00%
Fundação Lwini	355.000,00	10,00%
António Mosquito	224.715,00	6,33%
Sociedade Comercial Ma Martal, Lda	192.410,00	5,42%
Azury	192.410,00	5,42%
Noé Baltazar	192.410,00	5,42%
A P Santos	192.410,00	5,42%
Outros Accionistas	390.145,00	10,99%
	3.550.000	100%
Capital social	5.000.033.000	
Valor nominal por acção	1.408,46	

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existiam acções com direitos diferenciados.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 446.º da Lei n.º 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, no qual é exigido que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades anónimas divulguem o número de acções e obrigações de que são titulares, apresentamos de seguida as partes de capital detidas por parte de membros dos órgãos sociais:

Accionistas	Cargo	Valor de aquisição	Número de acções	%
Coutinho Nobre Miguel	Presidente do Conselho de Administração	Valor nominal	138.805	3,91

De acordo com a estrutura accionista existente em 31 de Dezembro de 2016, o lucro por acção referente aos exercícios de 2016 e 2015 é de AKZ 2.598,09 e AKZ 2.111,61, respectivamente.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral de 8 de Abril de 2016, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 32% do resultado líquido obtido no ano anterior (mAKZ 2.398.789), tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de “Resultados transitados” e “Reservas e fundos”.

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para

esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Reservas de Reavaliação de Activos Tangíveis

Correspondem a reservas de reavaliação de imobilizado pendentes de liquidação, mas de realização provável ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 6/96, de 26 de Janeiro, de modo a reflectir o efeito da desvalorização da moeda nacional.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

21. Margem financeira

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De títulos e outros valores mobiliários:		
Mantidos até à maturidade	26.151.407	19.929.435
Mantidos para negociação	4.506.156	804.312
De operações do mercado monetário interfinanceiro	24.113	86.898
De créditos concedidos	14.272.843	9.801.345
	44.954.519	30.621.990
Custos de instrumentos financeiros passivos		
De depósitos de clientes	8.439.830	4.395.117
De operações do mercado monetário interfinanceiro	5.212.383	1.794.670
	13.652.213	6.189.787
Margem Financeira	31.302.306	24.432.203

Em 2016 e em 2015, a rubrica “Proveitos de instrumentos financeiros activos – De títulos e outros valores mobiliários mantidos até ao vencimento” inclui os montantes de mAKZ 15.931.053 e mAKZ 13.693.429, respectivamente, que respeitam aos ganhos nas Obrigações do Tesouro indexadas ao Dólar dos Estados Unidos resultantes das variações verificadas na taxa de câmbio do Kwanza Angolano face ao Dólar dos Estados Unidos.

Em 2015, a rubrica “Proveitos de instrumentos financeiros activos – De créditos concedidos” inclui

o montante mAKZ 307.885 respeitante a uma comissão cobrada a uma entidade relacionada relativa à gestão de um projecto imobiliário e de um financiamento concedido à mesma.

Em 2016 e 2015, a rubrica “Custos de instrumentos financeiros passivos – de operações do mercado monetário interfinanceiro” inclui os montantes de mAKZ 1.001.639 e mAKZ 627.571, respectivamente, relativos a IAC retido na fonte sobre os proveitos provenientes de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro.

22. Rendimentos de serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos por prestações de serviços financeiros		
Comissões recebidas:		
Por compensação electrónica (cartões VISA)	1.297.218	2.423.807
Por cobrança de valores	978.053	1.216.768
Por operações cambiais	521.717	2.704.405
Por compromissos com terceiros	3.097.756	986.983
Processamento de salários	231.513	213.032
Por garantias e avales	66.872	73.935
Despesas de manutenção	735.998	957.073
Outras despesas	613.441	423.884
	7.542.568	8.999.887

23. Encargos com serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Encargos com serviços e comissões		
Comissões pagas:		
Por compensação electrónica	476.738	308.659
Por operações cambiais	85.493	31.024
Outros serviços	162.106	694.187
	724.337	1.033.870

24. Resultados cambiais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Resultado da actualização cambial	(1.626.761)	(7.931.351)
Resultado de operações cambial	1.734.529	4.719.294
	107.768	(3.212.058)

25. Outros resultados de exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Impostos		
Contribuição especial sobre operações bancárias	89.253	-
Imposto de selo	83.084	23.431
Imposto predial urbano	30.281	-
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	1.598	21.270
Outros proveitos e custos operacionais	-	(336)
Rendimentos de anos anteriores	70.843	(214.608)
Outros rendimentos e gastos	357.166	(44.796)
	632.226	(215.039)

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

26. Custos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Salários e vencimentos:		
Remunerações dos empregados	5.950.228	5.735.343
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	291.736	247.681
	6.241.964	5.983.024
Encargos sociais obrigatórios:		
Empregados	420.581	304.746
Encargos sociais facultativos:		
Empregados	466.368	292.995
	886.949	597.741
Outros custos		
Comparticipações - Empregados	148.375	223.307
Outros	6.342	39.181
	154.717	262.488
	7.283.630	6.843.253

No período findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros custos – Participações a empregados” refere-se à participação efectuada pelo Banco aos seus colaboradores na aquisição de habitação própria no denominado condomínio Solarium Vereda das Flores (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número de trabalhadores do Banco ascendia a mil quatrocentos e noventa e dois (1.492) e mil quatrocentos e setenta e seis (1.476), respectivamente.

27. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 2016 e em 2015 a rubrica “Serviços especializados - Auditorias e consultorias” inclui, os montantes de mAKZ 3.730.684 e mAKZ 2.070.417

relativos a serviços de consultoria e de parceria estabelecidos com fornecedores no âmbito da estratégia comercial do Banco.

	2016	2015
Serviços especializados		
Segurança e vigilância	1.806.144	1.524.890
Auditorias e consultorias	4.012.121	2.383.298
Serviços de informática	870.313	1.059.337
Serviços com cartões Visa	206.877	145.522
Serviços de manutenção de ATM's	290.235	365.573
Serviços de comunicação	450.637	132.309
Outros serviços técnicos especializados	1.617.561	600.398
Alugueres	1.681.120	1.106.841
Materiais diversos	1.488.609	722.969
Transportes, deslocações e estadas	724.281	508.093
Publicações, publicidade e propaganda	348.382	161.375
Comunicações	219.685	107.914
Fundo de maneiio	127.387	105.688
Água e energia	70.249	63.897
Seguros	213.863	38.423
Outros fornecimentos de terceiros	384.370	978.305
	14.511.834	10.004.832

Em 2016 e em 2015 a rubrica “Serviços especializados – Serviços de informática” corresponde essencialmente a custos com o aluguer de equipamento informático e respectiva manutenção.

Em 2016 e em 2015 a rubrica “Alugueres” inclui o montante de mAKZ 829.420 e mAKZ 538.091 relativo ao contrato de arrendamento de 7 pisos do edifício “Luanda Inn”, sito em Luanda, no Bairro Maculusso (Sede do Banco) iniciado em 1 de Janeiro de 2011.

Em 2016 e em 2015, a rubrica “Fundo de maneiio” corresponde a custos correntes incorridos pelas agências do Banco através da utilização de um plafond atribuído para o efeito.

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

28. Encargos sobre o resultado

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial nos termos da lei fiscal vigente em Angola, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A taxa de imposto aplicável é de 30%, nos

termos das alterações introduzidas pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2016	2015
Resultados antes dos impostos e outros encargos	9.570.170	8.091.301
Multas fiscais (artigo 40º)	1.598	21.270
Outros acréscimos	1.770.419	2.266.767
Ajustamentos:		
Rendimentos sujeitos a IAC (Nota 21)	9.930.018	7.397.325
Lucro tributável	1.412.169	2.982.013
Taxa nominal de imposto	30%	30%
Imposto à taxa normal	423.651	894.604
Liquidações provisórias	-	-
Imposto a pagar	423.651	894.604
Impostos diferidos activos	(76.668)	(299.519)
Total de impostos em resultados	346.983	595.085

Adicionalmente, nos termos da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, não se consideram como proveitos, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar, os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco registou impostos diferidos activos no montante de mAKZ 76.668 e mAKZ

299.519, respectivamente, referentes aos reforços efectuados em provisões temporariamente não aceites como custo fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos impostos apurados. Face ao regime de amnistia fiscal, no que respeita ao Imposto

Industrial, IAC, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Imposto de Selo e Imposto Predial Urbano, as autoridades fiscais apenas podem rever a situação fiscal do Banco para os exercícios de 2013 a 2015. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

29. Divulgações relativas aos instrumentos financeiros

Ao nível dos instrumentos financeiros, o valor contabilístico dos activos e dos passivos encontra-se valorizado da seguinte maneira:

	2016				
	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	57.141.490	-	-	-	57.141.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.575.765	-	-	-	37.575.765
Aplicações em bancos centrais e em outras inst. de crédito	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	153.958	-	-	-	153.958
Investimentos detidos até à maturidade	-	75.729.482	-	-	75.729.482
Crédito a clientes	-	202.668.909	-	(13.662.676)	189.006.233
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	422.563	(422.563)	-
	94.871.213	278.398.391	422.563	(14.085.239)	359.606.928
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instit. de crédito	8.886.516	51.633.352	-	-	60.519.868
Recursos de clientes e outros empréstimos	180.958.934	108.079.579	-	-	289.038.513
Responsabilidades representadas por títulos	-	9.731.468	-	-	9.731.468
Passivos subordinados	741.034	-	-	-	741.034
	190.586.484	169.444.399	-	-	360.030.883

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

	2015				Valor líquido
	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.852.628	-	-	-	49.852.628
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.049.276	-	-	-	21.049.276
Aplicações em bancos centrais e em outras inst.. de crédito	-	814.160	-	-	814.160
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	127.748.844	-	-	127.748.844
Crédito a clientes	-	110.214.698	-	(10.482.202)	99.732.496
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	404.744	(404.744)	-
	70.901.904	238.777.702	404.744	(10.886.946)	299.197.404
Passivos					
Recursos de bancos centrais e de outras instit.de crédito	-	12.056.514	-	-	12.056.514
Recursos de clientes e outros empréstimos	198.806.854	78.244.903	-	-	277.051.757
Responsabilidades representadas por títulos	-	8.074.897	-	-	8.074.897
Passivos subordinados	604.791	-	-	-	604.791
	199.411.645	98.376.314	-	-	297.787.959

Discrimina-se nos mapas seguintes uma outra decomposição analítica das mensurações a justo valor dos instrumentos financeiros, activos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016						
	Justo valor de instrumentos financeiros			Total	Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total
	Valor Contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado				
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	57.141.490	57.141.490	-	57.141.490	-	-	57.141.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.575.765	37.575.765	-	37.575.765	-	-	37.575.765
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito							
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	153.958	153.958	-	153.958	-	-	153.958
Investimentos detidos até à maturidade	75.729.482	-	75.729.482	75.729.482	-	-	75.729.482
Crédito a clientes	202.668.909	-	189.006.233	189.006.233	13.662.676	-	189.006.233
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	422.563	-	-	-	-	422.563	-
	373.692.167	94.871.213	264.735.715	359.606.928	13.662.676	422.563	359.606.928
Passivos							
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	60.519.868	8.886.516	51.633.352	60.519.868	-	-	60.519.868
Recursos de clientes e outros empréstimos	289.038.513	180.958.934	108.079.579	289.038.513	-	-	289.038.513
Responsabilidades representadas por títulos	9.731.468	-	9.731.468	9.731.468	-	-	9.731.468
Passivos subordinados	741.034	741.034	-	741.034	-	-	741.034
	360.030.883	190.586.484	169.444.399	360.030.883	-	-	360.030.883

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

	2015						
	Justo valor de instrumentos financeiros			Total	Diferença	Activos valorizados ao custo histórico	Valor contabilístico total
	Valor Contabilístico (líquido)	Registados no balanço ao justo valor	Registados no balanço ao custo amortizado				
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.852.628	49.852.628	-	49.852.628	-	-	49.852.628
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.049.276	21.049.276	-	21.049.276	-	-	21.049.276
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	814.160	-	814.160	814.160	-	-	814.160
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	127.748.844	-	127.748.844	127.748.844	-	-	127.748.844
Crédito a clientes	110.214.698	-	99.732.496	99.732.496	10.482.202	-	99.732.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	404.744	-	-	-	-	404.744	-
	310.084.350	70.901.904	228.295.500	299.197.404	10.482.202	404.744	299.197.404
Passivos							
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	12.056.514	-	12.056.514	12.056.514	-	-	12.056.514
Recursos de clientes e outros empréstimos	277.051.757	198.806.854	78.244.903	277.051.757	-	-	277.051.757
Responsabilidades representadas por títulos	8.074.897	-	8.074.897	8.074.897	-	-	8.074.897
Passivos subordinados	604.791	604.791	-	604.791	-	-	604.791
	297.787.959	199.411.645	98.376.314	297.787.959	-	-	297.787.959

Os instrumentos financeiros registados em Balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 ao justo valor, foram classificados por níveis, de acordo com a hierarquia prevista na IFRS 13 e que se divulga no quadro abaixo:

	2016			Total
	Nível 1 Cotações em mercado Ativo	Nível 2 - Dados observáveis de mercado	Nível 3 Outras Técnicas de Valorização	
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	57.141.490	-	57.141.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	37.575.765	-	37.575.765
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	153.958	153.958
Total de Activos mensurados ao justo valor	-	94.717.255	153.958	94.871.213
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instit. de crédito				
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	180.958.934	-	180.958.934
Passivos subordinados	-	741.034	-	741.034
Total de Passivos mensurados ao justo valor	-	242.219.836	-	242.219.836

Políticas de gestão de riscos e limites de competência definidos

A política de gestão de riscos do Banco Sol, baseia-se nos objectivos estratégicos e nas expectativas do Conselho de Administração sobre a adequabilidade do seu sistema de gestão de riscos. Neste âmbito, o Conselho de Administração considera-se responsável por:

- Definir os pressupostos e processos de análise

quantitativa e/ou qualitativa para identificação/acompanhamento/monitorização e controlo da exposição aos riscos considerados relevantes para o Banco;

- Implementar um processo de monitorização dos riscos, com suporte quantitativo adequado, com o objectivo de encadear a exposição aos riscos com os respectivos impactos em capital;
- Definir níveis de tolerância para os vários riscos/

factores de risco, bem como o seu encadeamento com a implementação de mecanismos e iniciativas de mitigação e/ou transferência do risco, de acordo com níveis de alerta definidos.

A gestão de riscos do Banco é formalizada e comunicada na figura do “Comité de Risco”, de modo a assegurar que as directrizes são comunicadas transversalmente, utilizando o poder institucional, sendo reflectidas de forma completa

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

na concessão e aceitação de riscos, bem como na mensuração, monitorização e controlo das diversas exposições. O controlo de alto nível dos processos e funções de gestão do risco está assegurado por tal órgão consultivo, estabelecido pelo Conselho de Administração, para o apoio na tomada de decisões sobre o risco.

Risco cambial

O Banco incorre neste risco resultante da manutenção de uma determinada posição em aberto em moeda estrangeira, pelo facto de quaisquer variações adversas nas taxas de câmbio do mercado poderem originar prejuízos reais ou potenciais. Neste caso, o Banco considera posição em aberto qualquer situação

em que as responsabilidades globais do Banco por liquidar, numa determinada moeda, não são iguais ao respectivo montante global que o Banco tem a receber nessa moeda.

De seguida apresenta-se a análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio, em 2016 e 2015:

	2016					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Moeda						
Dólar dos Estados Unidos da América	(6.993.538)	(3.496.769)	(1.748.385)	1.748.385	3.496.769	6.993.538
Euros	(3.893.817)	(1.946.909)	(973.454)	973.454	1.946.909	3.893.817
Outras moedas	5.972.513	2.986.256	1.493.128	(1.493.128)	(2.986.256)	(5.972.513)
	(4.914.842)	(2.457.422)	(1.228.711)	1.228.711	2.457.422	4.914.842

	2015					
	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Moeda						
Dólar dos Estados Unidos da América	(10.762.663)	(5.381.331)	(2.690.666)	2.690.666	5.381.331	10.762.663
Euros	(548.071)	(274.035)	(137.018)	137.018	274.035	548.071
Outras moedas	(50.150)	(25.075)	(12.538)	12.538	25.075	50.150
	(11.360.884)	(5.680.441)	(2.840.222)	2.840.222	5.680.441	11.360.884

Risco de taxa de juro

O Banco incorre neste risco, resultante das variações adversas nas taxas de juro e, concomitantemente, nos prémios ou descontos dos câmbios a prazo das moedas em causa. Este risco resulta da não coincidência dos prazos de vencimento dos recebimentos e pagamentos numa

determinada moeda, aumentando o crescimento do “gap” - diferença entre o total de recebimentos e o total de pagamentos, com vencimentos no período respectivo. Nos quadros abaixo, detalham-se os instrumentos financeiros em 2016 e 2015, com exposição ao risco da taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação:

	2016								Total	
	Data de refixação/Data de maturidade							indeterminado		
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos			
Activos										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	57.144.490	-	-	-	-	-	-	-	-	57.144.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.575.765	-	-	-	-	-	-	-	-	37.575.765
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	153.958	-	-	-	-	-	-	-	-	153.958
Investimentos detidos até à maturidade	59.397	10.759.611	64.910.474	-	-	-	-	-	-	75.729.482
Crédito a clientes	28.845.55	33.731.011	57.753.820	13.392.209	15.008.913	15.720.908	38.216.493	-	-	202.668.909
	123.776.765	44.490.622	122.664.294	13.392.209	15.008.913	15.720.908	38.216.493	-	-	373.269.604
Passivos										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	56.514.279	4.005.589	-	-	-	-	-	-	-	60.519.868
Recursos de clientes e outros empréstimos	200.672.391	52.691.663	20.074.129	15.290.735	309.595	-	-	-	-	289.038.513
Responsabilidades representadas por títulos	117.250	6.861.176	98.293	1.545.412	1.109.337	-	-	-	-	9.731.468
Passivos subordinados	741.034	-	-	-	-	-	-	-	-	741.034
	258.044.954	63.558.428	20.172.422	16.836.147	1.418.932	-	-	-	-	360.030.883
	(134.268.789)	(19.067.806)	102.491.872	(3.443.938)	13.589.981	15.720.908	38.216.493	-	-	13.238.721

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

	2015								Total
	Data de refixação/Data de maturidade								
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.852.628	-	-	-	-	-	-	-	49.852.628
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.049.276	-	-	-	-	-	-	-	21.049.276
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	814.160	-	-	-	-	-	-	-	814.160
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	6.248.949	121.499.895	-	-	-	-	-	127.748.844
Crédito a clientes	3.504.681	4.288.666	3.211.892	6.984.823	19.053.061	24.306.870	48.864.705	-	110.214.696
	75.220.745	10.537.615	124.711.787	6.984.823	19.053.061	24.306.870	48.864.705	-	309.679.606
Passivos									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	12.058.514	-	-	-	-	-	-	-	12.056.514
Recursos de clientes e outros empréstimos	215.851.603	16.600.395	32.836.325	11.484.387	279.047	-	-	-	277.051.757
Responsabilidades representadas por títulos	6.442	226.911	1.460.027	848.014	5.533.503	-	-	-	8.074.897
Passivos subordinados	604.791	-	-	-	-	-	-	-	604.791
	228.519.350	16.827.306	34.296.352	12.332.401	5.812.550	-	-	-	297.787.959
	(153.298.605)	(6.289.691)	90.415.435	(5.347.578)	13.240.511	24.306.870	48.864.705	-	11.891.647

Risco de liquidez

Em termos de gestão do risco de liquidez (incluindo gestão de activos e passivos, taxa de juro e cambial), o objectivo é de assegurar que o Banco Sol dispõe de fundos próprios líquidos suficientes para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem e que tal é efectuado de acordo com os objectivos de negócio.

Sistematizando, o processo de gestão do risco de liquidez integra os domínios fulcrais da gestão do negócio, com risco implícito, como sejam a gestão de activos e passivos, gestão da liquidez e gestão da tesouraria. Estes domínios tratam todo o risco de liquidez do Banco, ao considerar respectivamente a gestão global da estrutura de balanço, a gestão dos fundos próprios líquidos e a gestão operacional dos cash-flows implícitos do negócio.

Sob o ponto de vista funcional, o objectivo da gestão do risco de liquidez passa pela produção de informação de gestão, a qual possibilite uma análise mais abrangente do comportamento esperado dos activos e passivos financeiros do balanço do Banco Sol.

Risco operacional

Os fundamentos assumidos para fins de risco operacional estão estritamente ligados ao controlo interno numa abordagem conjunta encontrando-se o Banco a desenvolver procedimentos e controlos que permitam avaliar:

- Práticas com clientes, produtos e de negócio (incluindo falhas no cumprimento com imposições internas e externas);
- Execução, entrega e gestão dos processos;
- Danos em activos físicos;
- Interrupção de negócios e falhas nos sistemas;
- Práticas de emprego e segurança no trabalho;
- Fraude interna;
- Fraude externa.

Risco de crédito

Corresponde ao risco em que o Banco incorre devido ao incumprimento das obrigações da contraparte, sendo um dos riscos mais relevantes na actividade

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

do Banco. Deste modo, a concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que assegurem o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola.

Por forma a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas provenientes de risco de crédito, o Conselho de

Administração tem vindo a apostar na consolidação do ambiente e das actividades de controlo.

A exposição máxima do Banco Sol a este risco é a seguinte:

	2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	57.141.490	-	57.141.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.575.765	-	37.575.765
Aplicações em bancos centrais e em outras instit. de crédito	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	153.958	-	153.958
Investimentos detidos até à maturidade	75.729.482	-	75.729.482
Crédito a clientes	202.668.909	(13.662.676)	189.006.233
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	422.563	(422.563)	-
	373.692.167	(14.085.239)	359.606.928
Extrapatrimoniais			
Garantias Prestadas	14.504.041	(541.757)	13.962.284
	388.196.208	(14.626.996)	373.569.212

	2015		
	Valor contábilístico bruto	Imparidade	Valor contábilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.852.628	-	49.852.628
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.049.276	-	21.049.276
Aplicações em bancos centrais e em outras instit. de crédito	814.160	-	814.160
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	127.748.844	-	127.748.844
Crédito a clientes	110.214.698	(10.482.202)	99.732.496
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	404.744	(404.744)	-
	310.084.350	(10.886.946)	299.197.404
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas	9.430.399	(28.654)	9.401.745
	319.514.749	(10.915.600)	308.599.149

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o risco de crédito concedido a clientes de acordo com a sua concentração geográfica, era o seguinte:

	2016			
	Área geográfica			
	Angola	Outros países de África	Europa	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	57.141.490	-	-	57.141.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.059.698	11.446	36.504.621	37.575.765
Aplicações em bancos centrais e em outras instit. de crédito	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	153.958	-	-	153.958
Investimentos detidos até à maturidade	75.729.482	-	-	75.729.482
Crédito a clientes	189.006.233	-	-	189.006.233
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-
	323.090.861	11.446	36.504.621	359.606.928
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instit. de crédito	51.633.352	-	8.886.516	60.519.868
Recursos de clientes e outros empréstimos	289.038.513	-	-	289.038.513
Responsabilidades representadas por títulos	9.731.468	-	-	9.731.468
Passivos subordinados	741.034	-	-	741.034
	351.144.367	-	8.886.516	360.030.883

	2015			
	Área geográfica			
	Angola	Outros países de África	Europa	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	49.852.628	-	-	49.852.628
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.022.243	36.914	19.990.119	21.049.276
Aplicações em bancos centrais e em outras instit. de crédito	-	-	814.160	814.160
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	127.748.844	-	-	127.748.844
Crédito a clientes	99.732.496	-	-	99.732.496
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-
	278.356.211	36.914	20.804.279	299.197.404
Passivos				
Recursos de bancos centrais e de outras instit. de crédito	12.056.514	-	-	12.056.514
Recursos de clientes e outros empréstimos	277.051.757	-	-	277.051.757
Responsabilidades representadas por títulos	8.074.897	-	-	8.074.897
Passivos subordinados	604.791	-	-	604.791
	297.787.959	-	-	297.787.959

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

30. Saldos e transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas, são os seguintes:

	2016				
	Accionistas ou com accionistas comuns	Membros dos órgãos sociais	Participadas	Outras entidades relacionadas	Total
Activo					
Crédito a clientes	16.499.743	2.588.041	2.486.833	513.067	22.087.684
Outros activos	-	-	390	-	390
	16.499.743	2.588.041	2.487.223	513.067	22.088.074
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.040.574	365.357	65.251	867	6.472.049
Outros passivos	939	6	-	-	945
	6.041.513	365.363	65.251	867	6.472.994
	2015				
	Accionistas ou com accionistas comuns	Membros dos órgãos sociais	Participadas	Outras entidades relacionadas	Total
Activo					
Crédito a clientes	10.809.741	2.588.041	2.486.833	513.067	22.087.684
Outros activos	-	-	390	-	390
	10.809.741	2.588.041	2.487.223	513.067	22.088.074
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.213.852	519.381	400.601	47.465	2.181.299

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as principais entidades relacionadas são as seguintes:

Accionistas ou accionistas comuns:

Consultoria e Participações, S.A.
 Falcon Oil Holding Angola, S.A.
 Imosol Comércio Geral, Prestação de Serviços e Imobiliária, S.A.
 N-Gestão e Participações Financeiras, Lda.
 On Shore – Serviços, Lda.
 Sansul, S.A.
 Fundação Lwini
 Noé José Baltazar
 Ana Paula dos Santos
 Sociedade de Comércio Martal
 Júlio Marcelino Bessa
 António Mosquito

Membros dos órgãos sociais:

António Graça
 Coutinho Nobre Miguel
 Ana Carreira
 Carla Marina Van-Dúnm
 Gil Alves Benchimol

Participadas:

Bolsa de Valores e Derivados de Angola
 EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L.
 Galilei, SGPS, S.A.
 Sodecom, S.A.
 Suninvest, S.A.
 SOPRO'S, S.A.

Outras entidades relacionadas:

M B B C Gestão de Participações Financeiras, Lda.
 N J A, Lda.
 Suzana da Mata Guimarães
 Sandra Filomena Lourenço Ribeiro

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a entidades relacionadas, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 14,51% e 7,64%, respectivamente, para operações expressas em moeda nacional e à taxa de 11,32% e 11,23%, respectivamente, para operações expressas em moeda estrangeira (USD).

Durante o exercício de 2015, cerca de mAKZ

350.000 de operações de crédito concedidas a entidades relacionadas foram objecto de alterações de condições contratuais.

Por outro lado, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco suportou uma renda de aproximadamente mAKZ 829.420 e mAKZ 538.091, respectivamente, com o seu edifício sede, debitada por uma entidade relacionada (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as operações de crédito concedidas a entidades relacionadas apresentavam as seguintes garantias associadas:

	2016	2015
Penhor de instrumentos financeiros	9.176.070	-
Hipoteca sobre imóvel	2.986.444	3.558.830
Livranças	3.610.574	3.266.212
Livranças e procuração irrevogável para a constituição de hipotecas	5.276.346	4.881.597
Penhor de acções do Banco	726.655	3.972.396
Outras	311.595	263.704
	22.087.684	15.942.739

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

31. Balanço por moeda

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o balanço por moeda do Banco apresentava a seguinte estrutura:

	2016		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	54.372.492	2.768.998	57.141.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.026.997	36.548.768	37.575.765
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	153.958	-	153.958
Investimentos detidos até à maturidade	67.282.670	8.446.812	75.729.482
Crédito a clientes	179.674.172	9.332.061	189.006.233
Outros activos tangíveis	28.330.429	-	28.330.429
Activos intangíveis	332.077	-	332.077
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos por impostos correntes	-	-	-
Activos por impostos diferidos	883.864	-	883.864
Outros activos	7.040.005	589.292	7.629.297
Total do Activo	339.096.664	57.685.931	396.782.595
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	50.227.840	10.292.028	60.519.868
Recursos de clientes e outros empréstimos	210.735.943	78.302.570	289.038.513
Responsabilidades representadas por títulos	-	9.731.468	9.731.468
Provisões	2.774.584	349.613	3.124.197
Passivos por impostos correntes	590.385	-	590.385
Passivos subordinados	7.226	733.808	741.034
Outros passivos	2.860.271	524.170	3.384.441
Total do Passivo	267.196.249	99.933.657	367.129.906
(Activos - Passivos)			29.652.689

	2015		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46.158.778	3.693.850	49.852.628
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.025.225	20.024.051	21.049.276
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	814.160	814.160
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	120.842.182	6.906.662	127.748.844
Crédito a clientes	93.137.751	6.594.745	99.732.496
Outros activos tangíveis	23.338.542	-	23.338.542
Activos intangíveis	354.437	-	354.437
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos por impostos correntes	39.140	-	39.140
Activos por impostos diferidos	690.464	-	690.464
Outros activos	3.197.092	21.210	3.218.302
Total do Activo	288.783.611	38.054.678	326.838.289
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	10.861.804	1.194.710	12.056.514
Recursos de clientes e outros empréstimos	225.762.606	51.289.151	277.051.757
Responsabilidades representadas por títulos	-	8.074.897	8.074.897
Provisões	2.214.669	150.800	2.365.469
Passivos por impostos correntes	863.219	-	863.219
Passivos subordinados	6.278	598.513	604.791
Outros passivos	2.465.672	527.699	2.993.371
Total do Passivo	242.174.248	61.835.770	304.010.018
(Activos - Passivos)			22.828.271

8.6 Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

32. Rubricas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Créditos documentários abertos	13.256.308	7.536.762
Garantias e avals prestados	1.247.733	1.893.637
	14.504.041	9.430.399
Limites de contas correntes caucionadas por utilizar	10.126.933	6.948.807
Créditos transferidos para prejuízo	3.588.392	2.374.723
Garantias recebidas	170.573.033	52.501.595
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Custódia de títulos	74.645.155	9.885.360
Cobrança de valores	11.641	6
	74.656.796	9.885.366

As garantias e avals prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas e os compromissos assumidos representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo

estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração, sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que, o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas, quando necessário.

Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

33. Eventos subsequentes

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2016 não ocorreram nem foram detectados factos susceptíveis de influenciar o relato financeiro do período findo naquela data, seja em termos de reconhecimento seja em termos de divulgação, e portanto, sem que a posição e o desempenho financeiro relatados sejam influenciados.



Diversificar a Economia é fazer desta
uma fortaleza em que cada bloco é
igualmente sólido.

9.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas;

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco Sol relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão do nosso parecer.

3. Analisamos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores, emitido pela Sociedade PKF Auditores & Consultores S.A o qual damos como integralmente reproduzido.

4. No âmbito das nossas funções, examinamos o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações dos resultados de mutações dos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

5. Adicionalmente, procedemos à análise do relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nela incluída.

6. Em face do que antecede, e tendo em consideração o trabalho realizado, propomos à Digníssima Assembleia que:

a) Aprove o Relatório de Gestão do referido exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

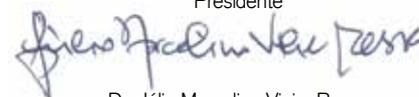
c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados;

d) Aprove um voto de confiança, reconhecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores pelo dedicado desempenho e, em especial, pelos resultados alcançados no exercício de 2016. Esses resultados traduzem a solidez, crescimento, resiliência do Banco.

Luanda, 07 de Abril de 2017

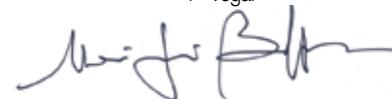
O Conselho Fiscal

Presidente



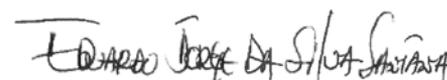
Dr. Júlio Marcelino Vieira Bessa

1º Vogal



(Engº Noé José Baltazer)

2º Vogal



(Dr. Eduardo Santana)

10.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Sol, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, que evidencia um total de 396.782.595 milhares de kwanzas angolanos e um total de fundos próprios de 29.652.689 milhares de kwanzas angolanos, incluindo um resultado líquido de 9.223.207 milhares de kwanzas angolanos, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a

fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade, a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui, também, avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Sol, S.A. em 31 de Dezembro de 2016, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board (Nota 2).

Luanda, 6 de Abril de 2017



PKF Angola, S.A.
Representada por
Henrique Manuel Camões Serra (Perito Contabilista n.º 20130167)

Propriedade | *Property*



BANCO SOL

O banco de todos nós

Rua Frederico Welwitchia n° 7
Luanda, Angola
Telefone: +244 222 641 400
www.bancosol.ao

Design e paginação | *Design and pagination*

Zwela

Tiragem | *Number of copies*

500



BANCO SOL

O banco de todos nós

